

A IMPRENSA REPUBLICANA NO ALGARVE

José Carlos Vilhena Mesquita

Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

A ninguém certamente oferece a mais ligeira dúvida sobre o poder da Imprensa, um poderoso veículo de propagação da informação, das ideias e do conhecimento, um meio simples, acessível e eficaz, de intervenção cívica e de influência política. Esclareça-se que quando nos referimos à Imprensa estamos a falar concretamente de jornais, órgãos de informação periódica, cujo espaço de intervenção geográfica se reparte entre dois horizontes, o regional e o nacional, cabendo entre ambos, como elemento diferenciador, a sua efectiva capacidade de expansão. Não obstante, o que verdadeiramente distingue a Imprensa como órgão de comunicação social é a sua capacidade de interferência pública e de consciencialização das massas. Em certos momentos da História da Humanidade, essas capacidades transformaram-se em elementos catalizadores, isto é, em princípios revolucionários conducentes à irrupção de uma nova ordem social.

São disso exemplo os jornais da Revolução Francesa, que no ano da sua eclosão se editaram em tal profusão que chegaram quase às duas centenas de títulos. Só em Paris publicaram-se 23 diários. O mesmo ocorreu nos períodos revolucionários que marcaram o Liberalismo Oitocentista, de tal forma que foi considerado como a era do jornalismo. Repare-se que em Portugal, no período de 1800 a 1820, publicaram-se 106 jornais, mas nos oito anos seguintes, período áureo do nosso emergente liberalismo, editaram-se 231 novos títulos, dos quais mais de uma centena vieram a público entre 1826 a 1828. Mas de 1829 até à entrada em Lisboa das tropas liberais do duque da Terceira, em 24-7-1833, editaram-se 52 títulos, a maioria dos quais de inspiração constitucional. De Julho de 1833 até à eclosão da célebre revolução do 9 de Setembro de 1836, ou seja, em apenas três anos, publicaram-se 151 jornais; mas no biénio seguinte editaram-se

110 títulos. Entre 1839 e a revolução da «Maria da Fonte», que culminaria em 1847 com a guerra civil da «Patuleia», publicaram-se mais 310 novos títulos, parecendo assim que a imprensa se desenvolvia conforme o evoluir dos grandes acontecimentos históricos, quando na verdade foi a imprensa que acentuou, se não mesmo acicautou, o eclodir dos grandes eventos político-revolucionários. A partir da «Regeneração», isto é, após o ano de 1851, a imprensa em Portugal evoluiu em flecha, com a diferença de que a partir de então a sua cobertura geográfica não se restringia preferencialmente ao espaço continental, mas também aos territórios insulares, expandindo-se, inclusivamente com certa intensidade, para as colónias ultramarinas, onde, na maioria dos casos, os jornais eram verdadeiras caixas de ressonância dos partidos que na metrópole se digladiavam pelo exercício do poder.

Tudo isto serve para dizer que quando se alteravam as circunstâncias político-socioeconómicas a imprensa (res)surgia em força e número para acentuar um dos pratos da balança, geralmente aquele que fosse mais progressista. Essa foi sempre uma das tendências naturais da imprensa, não só em Portugal como no resto da Europa. Os jornais, na maioria dos casos, foram sempre, e por natureza própria, uma espécie de mensageiros da mudança, arautos da verdade e das injustiças sociais, tribunas de defesa dos mais desfavorecidos, areópagos do espírito da liberdade e fautores da revolução. Daí que na essência germinadora do jornal estivesse sempre presente uma ideia, ou uma ideologia, mas quase sempre um grupo político ou uma instituição social, como cimento aglutinador da missão político-socioeconómica que inspirava a sua vinda a público. Na sua origem os jornais eram criadores de opinião, fomentadores do espírito de grupo, instigadores da crítica social e do combate político. Nas suas colunas, geralmente corridas, inestéticas e pouco tituladas, campeava a opinião em detrimento da notícia, que na maioria dos casos se restringia àquilo a que hoje chamamos as “breves”.

Mas, essa preponderância da Imprensa só era possível alcançar através da efectiva credibilidade daqueles que expõem nas colunas dos jornais uma opinião contagiante pela seriedade dos seus conceitos, pela justeza dos seus valores morais e pela honradez dos seus objectivos. Por conseguinte, a maior ou menor eficácia da Imprensa para erigir uma opinião pública dependia quase em exclusivo daqueles que nela escreviam, isto é, dos seus jornalistas efectivos e dos seus colaboradores eventuais. Foi assim que no passado se fez da imprensa um tablado da redenção ético-social, um vigoroso elemento moralizador e potencializador dos ideais libertários. Por isso é que a arma mais eficaz da Revolução foi sempre a opinião jornalística, séria, credível e contagiante.

E essas qualidades tornaram-se mais visíveis a partir do momento em que começou a surgir a chamada imprensa de oposição, geralmente de inspiração republicana, embora não raramente conotada com organizações sindicalistas, movimentos operários e forças anarquistas. Geralmente esses jornais despontavam na eclosão de momentos de forte contestação social e política, por serem os mais favoráveis à adesão pública no apoio aos movimentos de oposição social e de impugnação partidária.



José Graça Mira - Natural de Alte
Jornalista e Director da “Folha de Alte”



“O Imparcial”-- Semanário Literário , Noticioso e Recreativo. Loulé
Início - 23-01-1916 Fim - 28-05-1916
Director -Filipe do Nascimento Barros



“O Sul” - Semanário Republicano - Defensor dos Interesses da Região. Faro
Início - 24-03-1912 Fim - 04-08-1918
Director - Álvaro Júdice



Carlos Lyster Franco



José Dias Sancho

OS PRIMÓRDIOS DO REPUBLICANISMO PORTUGUÊS

Com a eclosão da guerra civil de 1846-1847, iniciada com o movimento popular agrário designado por «Maria da Fonte» e prosseguida pelas hostilidades vulgarmente designadas por «Guerra da Patuleia», durante a qual os partidos políticos então vigentes e preponderantes - cartistas versus setembristas, e outras facções menos pujantes e organizadas, como miguelistas, cabralistas e democratas - extremaram de tal forma as suas posições que se digladiaram com armas em nome de supostos interesses nacionais e da independência da pátria. Não vamos demorar-nos com a análise dos factos, mas não podemos deixar de referir que durante seis meses, período em que decorreram as hostilidades militares, o país viu-se submetido a um odioso clima de guerra civil, que só terminaria debaixo da ameaça da intervenção militar britânica. O único resultado prático dessa lamentável contenda político-militar foi a expulsão do Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral e do seu irmão José, que seguiram para um exílio dourado, de onde aliás regressariam dois anos depois para formar novamente governo em 1849. O poder dos “Cabrais” terminaria definitivamente com o movimento da “Regeneração”, idealizado por Alexandre Herculano, mas efectivado pelo marechal Saldanha em 1851, do qual nasceria de forma irrevogável o regime liberal, o estado moderno e a própria democracia.

Uma das consequências práticas da «Guerra da Patuleia» foi precisamente o de fazer surgir no horizonte político novas e diferentes

forças, como se perfilassem alternativas inovadoras para garantir o futuro do país. Entre essas alternativas houve uma que se afirmou, por vezes de forma clandestina, por ser demasiado revolucionária para a época. Referimo-nos ao projecto alternativo da República, que na sua bondade política era, sem sombra de dúvida, o mais revolucionário e o mais generoso para as classes laboriosas e para os mais desfavorecidos, mas ao mesmo tempo o mais temido e desacreditado, por causa da experiência atrabiliária e sangrenta da Revolução Francesa. Devemos lembrar que por essa altura o clima político na Europa agitava-se em diversas convulsões, mercê da eclosão de movimentos revolucionário de cariz republicano e socialista, conhecido na História pelas Revoluções de 1848, com particular realce para a publicação do «Manifesto Comunista» e a formulação do seu conseqüente partido político. Convém dizer que envolvidos nesse caldo revolucionário eclodiram revoltas e movimentos republicanos em França, Áustria, Prússia, Itália e Hungria.

Seja como for, se com a Revolução de 1820 houve quem se mostrasse afecto ao projecto republicano, esse exemplo frutificaria em momentos de profunda exaltação patriótica e revolucionária, como aconteceu após o desanuviar da «Guerra da Patuleia», quando em 1848 surgiram em Lisboa, oriundos de prelos clandestinos, diversos jornais a defenderem abertamente a instauração do novo regime, como «O Republicano», «A Alvorada» (Abril a Maio), «É Tarde - ao povo portuguez» (n.º único de 10 de Abril), «O Regenerador - jornal do povo» (15 de Abril a 15 de Novembro), «A República» (25 de Abril a 20 de Junho) e «A Fraternidade» (8 a 13 de Maio). E morreu aqui, diríamos que à nascença, esta primeira vaga da imprensa republicana em Portugal.

Renasceria sempre que o equilíbrio político

se tornasse insustentável, e sempre que as conjunturas internacionais suscitassem ventos de mudança. Quando os partidos políticos vigentes não davam resposta segura e fiável para a manutenção da paz social e da governabilidade do Estado, logo surgia o espectro republicano como alternativa de regime e de justiceiro da luta de classes.

Ora foi precisamente por causa das grandes controvérsias político-partidárias entre Regeneradores e Progressistas (herdeiros naturais de cartistas e setembristas do passado) que nasceu aquilo a que podemos verdadeiramente chamar a imprensa republicana, cuja origem remonta aos periódicos anteriormente citados, mas cuja afirmação como órgãos de propaganda política só se evidenciaria na década de sessenta do século XIX, fruto das contestações estudantis ocorridas na Universidade de Coimbra, em cujo seguimento despontaria a conhecida «Questão Coimbrã», igualmente designada por «Questão do Bom Senso e do Bom Gosto», que oporia uma nova geração de intelectuais, liderada por Antero de Quental, pró-socialista, e por Teófilo Braga, pró-republicano, contra os representantes da velha escola ultra-romântica encabeçada pelo poeta António Feliciano de Castilho e, embora acessoriamente, pelo romancista Camilo Castelo Branco. É um facto que a plêiade de intelectuais da chamada «ideia nova», na qual, além do Antero e do Teófilo, também se integravam Oliveira Martins, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, Batalha Reis, Ramalho Ortigão, Basílio Teles e até, ainda que episodicamente o poeta João de Deus.¹

O impulso proporcionado por essa recente vaga de jovens intelectuais daria origem ao fervilhar de novas ideias e de renovados projectos reformistas, formando diferentes ca-

minhos e distintas perspectivas de alcançar a Revolução, a qual se consubstanciaria na mudança de regime e na consumação duma democracia mais efectiva e abrangente, ou seja, mais tolerante, igualitária e equitativa. Essas novas vias reformistas (socialista, proudhoniana e marxista, libertária e anarquista) tão do agrado das novas gerações estudantis, inspiradas na “Comuna de Paris”, acabariam por confluír num objectivo comum e primacial: a República democrática. Para alcançar esse desiderato haveria que lançar uma frenética campanha de propaganda, através da palavra directa e coloquial, mas também da palavra escrita e da exposição pública. Surgiu assim um impetuoso movimento de engajamento republicano através da criação, em 1870, do Centro Democrático de Lisboa (onde pontificava o nosso João Bonança), seguido em 1872 da Associação Fraternidade Operária (de inspiração socialista liderada por Antero de Quental e José Fontana) e, em 1873, do Centro Republicano Federal. Não podemos, todavia, omitir o importante papel, na agitação das ideias reformistas, insuflado na opinião pública pelas Conferências Democráticas do Casino, iniciadas em 22-05-1871, nas quais estiveram presentes Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, José Fontana e Oliveira Martins. Mas o aliciamento político dos republicanos também se processava de forma directa nos locais de trabalho, nas organizações sindicais, nos lugares públicos e privados (cafés, clubes e sociedades recreativas), nas praças e jardins, através de comícios e discursos espontâneos, muito embora se deva dizer que tudo isso de pouco serviria se não se tivessem aproveitado os momentos festivos e de comemoração nacional, como foi o caso do Tricentenário de Camões, em 1880, no seguimento do qual nasceria o Partido Republicano Unitário, de



António Neves Anacleto



Julião Quintinha

¹ Vide J. C. Vilhena Mesquita, «A Geração de 70», in *Stilus - Revista de Cultura Algarvia*, nº 6-7, Faro, AJEA Edições, 2004, pp. 181-188.



Artur Aguedo

certo modo em alternativa ao anteriormente fundado, em 10-01-1875, Partido Operário Socialista, também designado por Partido Socialista Português, o qual se propunha implantar a “República Social”. Em todo o caso, e só para esclarecer estas coisas das precedências histórico-cronológicas, convém dizer que em 25-04-1876 já havia sido fundado o Centro Eleitoral Republicano Democrático, com diferentes sensibilidades políticas, no qual seria eleito o Directório do Partido Republicano, que em 1878 se apresentaria às eleições legislativas, sob a designação de Partido Republicano, das quais sairia eleito pelo círculo do Porto o seu único representante, o Dr. Rodrigues de Freitas. Não obstante, convém acrescentar que o Partido Republicano estava ainda muito longe de ser entendido como uma unidade de coesão ideológica, pois que para além de possuir três diferentes tendências não passava de uma espécie de clube político, com um restrito espírito de grupo, um pouco à imagem daquilo que foram os clubes políticos na Revolução Francesa, dos quais só muito mais tarde germinariam os verdadeiros partidos políticos. Por conseguinte, o Partido Republicano carecia inicialmente da dimensão organizativa de uma autêntica e inequívoca unidade partidária, que aliás só viria a alcançar em 1880, com a apropriação simbólica da figura de Camões, conferindo-lhe a alma nacionalista, que antes não possuía, e que iria recrudescer de ânimo, e até de implantação eleitoral, logo após o ultraje britânico de 1890, conhecido por “Ultimatum Inglês”. Impõe-se afirmar que foi da necessidade de desagrar a pátria que resultou, em 11-01-1891, a publicação do «Manifesto do Partido Republicano», mercê do qual a ideologia republicana se fixaria num acrisolado espírito democrático, municipalista, nacionalista (e até colonialista), claramente expreso

em «A Portuguesa», mais tarde adoptada como hino nacional. Essa avassaladora onda de patriotismo desencadeada pelo «Ultimatum», com laivos do mais execrável nacionalismo, evidenciou-se no crescente número de novos jornais publicados no país inteiro, através dos quais se pretendeu desagrar a honra da pátria. A título de exemplo saliente o caso de «O Patriota», hebdomadário de inspiração republicana fundado em 16-02-1890 na pacata vila de Monchique, estância terma e berço do turismo algarvio, marcadamente burguesa durante a época balnear, em cujas colunas desfilaram os mais exaltados improprios anti-britânicos.² O mais curioso é que este jornal, de grande qualidade literária e forte pendor republicano, nacionalista (e colonialista), que quase passou despercebido no tempo e no espaço em que se inseriu, foi dirigido e editado pelo pai do futuro pintor e poeta Almada Negreiros.³ Além do seu leit-

² Na nossa História da Imprensa do Algarve, 2 vols., Faro, CCRA, 1988-1989, vol. II, pp. 124-125, escrevemos acerca deste periódico, entre outras coisas, o seguinte: «(...) nasceu este jornal única e exclusivamente para desafrontar o povo português, e muito particularmente os algarvios, do insulto inglês, ou seja, todo o seu carácter era de propaganda antibritânica, resumando do seu estilo jornalístico um intrínseco e feroz republicanismo. Por todo o país corria uma onda de indignação contra os súbditos ingleses que os republicanos aproveitaram para acusar de cobardia e de subalternidade da coroa portuguesa, face aos

eternos aliados britânicos. (...) No meio de todo este clima emocional, torna-se bastante significativa a manifestação da Câmara Municipal de Monchique que, pondo de parte quaisquer partidarismos, que aliás durante a reunião fez questão de não deixar admitir, pretendia aprovar, como conseguiu, uma petição em que se exigia a retirada dos ingleses e a libertação das colónias africanas, anexadas pelo “mapa cor-de-rosa”, o que não sendo respeitado deveria ser punido com a declaração de guerra à coroa britânica. Por isso se pedia no «Patriota» o fim da velha aliança, o que não deixa de ser um gesto demasiado radical e perigoso, em face da nossa debilidade militar.»

³ Com efeito o director e editor de «O Patriota» foi o poeta, jornalista e escritor de temas coloniais, António Lobo de Almada Negreiros, nascido em Aljustrel, a 15-8-1868, e falecido em Paris a 12-6-1939. Começou por trabalhar nos Correios das províncias do Alentejo, do Algarve e da vila de Cascais, demitindo-se em 1889 para assumir o lugar de administrador do concelho e S. Tomé, na ilha do mesmo nome, onde casou com D. Elvira Freire Sobral, herdeira da «Roça Saudades», onde nasceria o seu filho José Sobral de Almada Negreiros,

motiv antibritânico, «O Patriota» revelou ao longo das suas 39 edições de vida (extinta em 9-11-1890), uma inusitada qualidade literária e internacionalista, expressa pelos seus correspondentes em Paris, Germond de Lavigne⁴ e Albert Maithe, que foi presidente da Academia de Toulouse.

O DESABROCHAR DA IMPRENSA REPUBLICANA

E que melhor veículo de propaganda poderia usufruir o republicanismo emergente que não fosse a Imprensa. Apesar de Portugal ser um país estruturalmente analfabeto e rural, era nas cidades que se concentravam não só as instituições administrativas e os serviços públicos, como ainda os letrados, o operariado fabril, o comércio retalhista, ou seja, a nata do eleitorado nacional residia na urbe. Por conseguinte, a opinião pública era fundamentalmente cidadina, ou melhor, lisboeta, e quem conquistasse a opinião da capital ganhava o país. Os jornais de província, embora em largo número mal se conseguiam distanciar das influências da capital, embora em muitos deles tivessem despontado algumas das principais figuras da política republicana.

Na verdade, a ascensão da imprensa republicana ocorreu durante o último quartel do século XIX, no vórtice revolucionário da “Geração de 70”, crescendo progressivamente em número de títulos, que cobriam quase todos os distritos do país, acentuando-se assim a sua penetração política e os seus níveis de influência nos meios citadinos, principalmente no seio do operariado, dos serviços terciários e da média burguesia. Esta última, por ser mais instruída e qualificada, constituiu a base de recrutamento dos quadros políticos do Partido

que se tornaria famoso como pintor, poeta e publicista, fundador do grupo do «Orfeu» e dilecto amigo de Fernando Pessoa. Quando o António Negreiros enviuvou, em 1886, logo pensou em regressar à metrópole, o que só aconteceu em 1889, mas sob a incumbência oficial e governamental de preparar a representação das colónias portuguesas na Exposição Universal de Paris de 1900. Face ao êxito alcançado, o governo encarregou-o de organizar os pavilhões portugueses na Exposição Colonial de Paris de 1906, onde alcançou grande sucesso e ficou acreditado como uma verdadeira autoridade em temas de antropologia e de etnografia colonial. Implantada a República foi encarregado de chefiar os Serviços de Propaganda de Portugal em Paris. Mas com o Sidonismo foi demitido e retornou à pátria, onde ganhou a vida como jornalista profissional e correspondente de várias publicações estrangeiras. Com a entrada de Portugal na I Grande Guerra partiu para o “front” como repórter de «O Século», escrevendo também para a agência americana United Press e para a inglesa Exchange Telegraph. Ao longo da sua vida publicou vários livros, principalmente sobre temas coloniais, cujos títulos podem ser coligidos em qualquer enciclopédia.

⁴ Só por curiosidade aqui lembramos que este Germond de Lavigne, além de ser um conceituado cientista, precursor da Ecologia, enquanto ciência, foi o autor de uma obra de referência no estudo da Geologia do Algarve intitulada *Voyage au Cap de Saint Vincent et au Cap de Sagres*, além de outras de grande valor científico, e até de interesse turístico, sobre o nosso país e a vizinha Espanha.





Republicano, assim como o alfobre de onde surgiram os principais plumitivos republicanos, nomeadamente Basílio Teles, França Borges de «O Mundo», Brito Camacho de «A Luta», António José d'Almeida de «A República»... Mas de todos esses notáveis publicistas houve um que marcou a diferença e contribuiu decisivamente para a implantação do novo regime. Refiro-me a João Chagas o mais cáustico de todos os plumitivos do seu tempo, que por reacção ao “Ultimatum Inglês” fundou o jornal «República Portuguesa», cujos inflamados artigos de fundo suscitaram a revolução do “31 de Janeiro”, no Porto, cidade que ao longo da nossa História foi sempre o verdadeiro empório da Liberdade.

A escalada republicana, nesse vinténio que precedeu a Revolução do 5 de Outubro, foi ininterrupta e persistentemente desacreditadora das instituições que alicerçavam o regime monárquico, combatendo com especial acuidade a Igreja e a Família Real, por serem causadoras do atraso civilizacional em que o país se achava mergulhado quase desde a sua fundação. Para o incremento da ideologia republicana e para a implantação definitiva da República, posso afirmar sem reboço que a imprensa desempenhou um papel preponderante, sobretudo em Lisboa e no Porto, mas também nas grandes cidades da província, nomeadamente em Coimbra, em cuja Universidade despontara o ideário republicano, e nas cidades industriais de Braga, Aveiro, Leiria e Setúbal, para além de outras menos populosas como Castelo-Branco, Évora, Beja e Faro.

«O ECHO DO ALGARVE» PRIMEIRO JORNAL REPUBLICANO

Decorria o período das Lutas Liberais, quando em 15 de Julho de 1833 surgiu, ainda que de forma bastante fugaz, o primeiro órgão da imprensa algarvia, sob a designação de «*Chronica do Algarve*», impresso em Faro, para noticiar os sucessos e avanços das forças liberais que desde o dia 24 de Junho ocupavam a região. Não passou do número inicial porque as tropas liberais partiram pouco depois para Lisboa, onde a 24 de Julho alcançaram uma retumbante vitória militar. Por conseguinte, a imprensa algarvia nasceu sob o signo da liberdade e inspirada nos valores daquilo a que poderíamos chamar hoje de esquerda revolucionária. Não admira pois que os periódicos seguintes, a «*Verdade Nua*», publicado em Lagos (1840), e «*O Popular - Jornal*

do Algarve», editado em Faro (1847), tivessem uma inspiração acentuadamente liberal e revolucionária, mantendo na sua primacial radícula a consciência política da esquerda rebelde e libertadora.

Na esteira desse espírito, livre, independente e insubmisso, não admira que o terceiro jornal a ver a luz do prelo no Algarve tenha tido a ousadia de se apresentar como defensor do ideário republicano, o que, na época era quase um crime público. Foi, pois, sob a rebelde invocação da Liberdade e da conquista dos direitos e garantias do cidadão que nasceu, em 9-9-1868, na cidade de Lagos, o «**Echo do Algarve**», o primeiro jornal que nesta região se assumiu inquestionavelmente republicano. Sabemos que foi impresso na Tipografia Lacobrigense, cujo prelo, pelas deficiências de impressão, presumo que fosse antigo e bastante rudimentar. Pertencia a António Corrêa, o qual deve ter financiado a sua aquisição, já que antes nunca vira tal máquina nem percebia nada de artes gráficas. O jornal era produzido, na velha arte da composição manual, por dois jovens improvisados tipógrafos que antes trabalhavam como alfaiate e carpinteiro. Mas não eram únicos, já que também ali trabalhavam dois aprendizes e dois impressores que nunca tinham visto antes o rolo e o estrado do mais simples prelo. Era seu único redactor José Teixeira Simões, que acumulava com as funções de administrador, revisor de ortografia e por vezes de tipógrafo. Vemos assim, que naquela tipografia tudo era improvisação e boa-vontade, certamente irmanados pelo espírito republicano que os impelia a clamar por mais liberdade e justiça social. Apesar de todas as dificuldades, logísticas e financeiras, o jornal foi saindo a público, sempre com ferozes ataques à Igreja e ao clericalismo obscurantista, à Coroa e ao daninho luxo da Corte, à exploração dos pescadores pela Companhia de

Pescarias, ao atraso científico no amanho dos campos e ao analfabetismo. As lutas eleitorais foram também assunto de especial enfoque, de tal forma que defendeu a candidatura a deputado de Sebastião Coelho de Carvalho, pelo Partido Histórico (sempre conhecido por Partido Progressista), contra um argentário de nome Alves d'Araújo, que ninguém conhecia na região, proposto pelo governo ao círculo eleitoral do barlavento algarvio.

O seu acintoso jornalismo, cuja inspiração política era uma mescla socialista e republicana, foi abertamente criticado pelo Governador Civil que assumiu o triste papel de caixa de ressonância do regalismo monárquico, dando cobertura a uma pertinaz e aleivosa onda de calúnias emanada pela eclesía lacobrigense, de tal forma violenta que suscitou o assalto à tipografia, despejando as caixas dos tipos (caracteres tipográficos), e destruindo o material de impressão, o que não só atrasava a edição como obrigava por vezes o «Echo de Lagos» a sair a público com apenas uma folha de duas páginas, para relatar os soezes acontecimentos de que era persistente alvo. Mercê dessas perseguições, o jornal deu a alma ao criador em 23-5-1868, ao cabo de 38 edições.

O facto do primeiro jornal republicano algarvio ter visto a luz do prelo na cidade de Lagos deverá estar relacionado com a existência de uma elite local de cariz político-cultural, cujas origens se prendem com uma estirpe revolucionária visível desde 1816 na formação de uma loja maçónica designada por «Philantropia ao Oriente de Lagos n.º 2600», que se manteve activa até 1823, sendo os seus membros pronunciados na Devassa instaurada em 14-1-1824, pela Intendência Geral da Polícia.⁵

⁵ A relação dos seus membros, em número de trinta, foi publicada por Manoel João Paulo Rocha, Monographia - As forças militares de Lagos nas guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade, Porto, 1910, p. 403.





“Chronica do Algarve”



Manuel Teixeira Gomes
(1860 - 1941)
Escritor, Embaixador e Presidente da República

Constateram recentemente que o número dos maçons, pertencentes à loja «Filantropia», era porém superior aos trinta cidadãos inicialmente pronunciados na chamada Devassa de Lagos.⁶ Em 1842 esta loja maçónica, subordinada ao Grande Oriente Lusitano, foi restaurada com a mesma designação. Todavia, em 1844, já não existia, sendo então instaurada uma nova loja maçónica com a designação de «Concórdia II n.º 4200», a qual em 1848 abateu colunas, para as reerguer no ano seguinte mercê da constituição do Grande Oriente de Portugal.⁷ Já agora, devo acrescentar que a maçonaria em Lagos durante o período da Regeneração quase não se deu pela sua existência, mas em 1905 existia um triângulo muito activo que trabalhou na preparação da revolução republicana, tendo-se em 1911 formado uma loja com a designação de «Lacóbriga n.º 326», que se manteve activa até à instauração da ditadura militar em 1926.

Importa acrescentar que a cidade de Lagos foi no século XIX e até sensivelmente ao fim da I República, um verdadeiro alfofre de notáveis jornalistas e escritores, aréopago de brilhantes intelectuais que muito dignificaram a cultura algarvia. Aproveito o ensejo para aqui lembrar, num breve exercício de memória, alguns eméritos publicistas da praça lacobrigense, como Bartolomeu Salazar Moscoso, João Bonança, Jeronymo Bicker Cabral, Afonso Cañet de Castro, António Cabreira, José Joaquim Nunes, António Joaquim Correia Júnior, Augusto Feio Soares de Azevedo, João Pedro Correia Tello, António Augusto Lobo de Miranda, Joa-

quim José Serpa, José António Guerreiro Gascon, José Bento Formosinho, António Sabino Simões Neto, Júlio Dantas entre tantos outros.

A IMPRENSA REPUBLICANA ALGARVIA - O CASO PARADIGMÁTICO DE FARO.

Muito embora a cidade de Lagos leve consigo a palma de haver fundado a imprensa republicana no Algarve, seria naturalmente a cidade de Faro, por ser a capital político-administrativa da região, a desenvolver um maior número de publicações periódicas favoráveis à implantação do novo regime.

Nessa altura, os jornais eram como que montas da realidade envolvente, abrindo com o chamado “artigo de fundo”, não assinado mas da autoria do director, no qual se expunha a posição do jornal face aos principais momentos políticos; seguindo-se depois as notícias, raramente tituladas e apenas separadas por um “filete” (traço negro), e no rodapé do jornal, ocupando toda a largura da página e geralmente o reverso da mesma, figurava o «Folhetim», no qual se inseria um conto, uma novela ou até mesmo um romance de um autor clássico – embora não fosse raro publicarem-se textos literários de autores locais. Nas páginas interiores desfilavam as mais diversas secções, com particular incidência nas que se designavam por «Carta de...» ou «Correspondências», que eram noticiários das freguesias do concelho a que o jornal dizia respeito; a

⁶ ANTT, Desembargo do Paço, Processos Diversos (Maçonaria de Lagos), Maço 829, nºs 97-108.

⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques, Dicionário de Maçonaria Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. II, cols. N.º 826-827.

que se seguiam os «Bilhetes de Visita» (coluna social), a «Necrologia», o «Teatro», as «Artes e Letras», a «Gazetilha» (retratos satíricos em verso), «Charadas», «Ecos» (noticiário internacional), «Sports», «Anúncios Oficiais», etc... Não me vou demorar em demasia na evocação de todos os periódicos republicanos que se editaram no Algarve, mas em todo o caso, para a cidade de Faro, importa destacar os semanários «Districto de Faro», «O Algarve», «A Mocidade», «O Heraldo» e «O Sul». Começemos por «O Districto de Faro», o mais notável periódico algarvio do tempo da monarquia, fundado em 6-4-1876, e que se publicou ininterruptamente durante 37 anos, até 24-4-1913, data da sua extinção, que quase coincidiu com o passamento dos seus directores, António Bernardo da Cruz⁸ e Manuel

⁸ António Bernardo da Cruz, jornalista e vice-cônsul, nasceu em Faro em 1841 e faleceu no sítio da Lejana, subúrbio desta cidade, a 7-5-1913, contando 72 anos de idade. Era filho de José Bernardo da Cruz e de D. Esperança Coelho de Carvalho, ambos oriundos das mais notáveis famílias farenses, às quais pertenceram vários liberais que tomaram parte activa nas lutas contra o absolutismo miguelista. Era um espírito culto, aberto a todos os ideais de justiça e cavalheiro de aprimorada educação. Em 1876 fundou, de parceria com Manuel dos Santos Fonseca, o semanário «Districto de Faro», que sob a sua eloquente orientação publicou-se ininterruptamente durante 37 anos. Como jornalista era um vigoroso polemista, mas como homem era de um carácter extremamente bondoso. Foi um convicto democrata de inspiração republicana que as circunstâncias da época fizeram resvalar para o seio do Partido Regenerador, ao qual sempre foi fiel até ao advento do novo regime. Voltou então às origens e lutou vigorosamente pela emancipação da República, que fora o supremo ideal da sua juventude. Nas colunas do seu jornal bateu-se arduamente pela causa da instrução e pela divulgação e consequente oficialização do método de João de Deus, de quem fora particular amigo.

Como homem público desempenhou vários cargos de acentuado prestígio social e político. Assim, foi procurador à Junta Geral do Distrito, auditor administrativo do distrito, Governador Civil substituto e Vice-cônsul em Faro da França, Itália, Rússia e Holanda, a cujos países prestou relevantes serviços. Como cidadão impoluto, que era, foi ainda nomeado juiz substituto de Faro e eleito vereador da Câmara Municipal, numa das situações regeneradoras, altura em que aproveitou para dar o nome do «Districto de Faro» à artéria que atravessa a Rua Ferreira Neto vinda do Largo Terreiro do Bispo. Curiosamente, foi também amador dramático, incorporando-se durante vários anos no grupo do Teatro Lethes. Poucos dias antes de falecer fora acometido de grande desgosto com a notícia da morte do seu dilecto amigo Manuel dos Santos Fonseca, co-proprietário do jornal, não conseguindo sobreviver a tão forte comoção, muito embora já se encontrasse bastante doente.

dos Santos Fonseca⁹ figuras cimeiras do jornalismo algarvio. Confessariam mais tarde que apoiaram de forma estratégica o Partido Regenerador, mas que no fundo se sentiam republicanos, como aliás revelariam publicamente, numa breve “nota da redacção” aquando da aprovação da nova Constituição da República.¹⁰ Em todo o caso, devo acrescentar que o seu principal adversário na imprensa farenses foi «O Progresso do Algarve» (fundado em 18-4-1882, e extinto em 23-6-1889) arauto local do partido progressista, cujo director, o professor liceal Luís Mascarenhas¹¹, faleceu no dia 7 de Maio de 1913, com ele se extinguindo igualmente o «Districto de Faro». Suponho que não deixou descendência.

⁹ Manuel dos Santos Fonseca, jornalista e empregado bancário, nasceu em Faro em 1849 e faleceu em Lisboa a 23-4-1913. Era tio paterno da brilhante cantora lírica e pianista D. Ema Romero dos Santos Fonseca e irmão de seu pai o coronel Santos Fonseca, miniaturista e escritor radicado em Lisboa. Em 1876 fundou com António Bernardo da Cruz o semanário «O Districto de Faro», de

que foi proprietário e director, mas que abandonou pouco depois por razões profissionais. Começou por se empregar na Banca, tendo desempenhado funções superiores no Banco Ultramarino, especialmente as de director da sua filial na ilha de S. Tomé. Aliás nessa ilha acabou por ser eleito presidente da Câmara Municipal ficando a dever-se-lhe alguns melhoramentos de acentuado vulto, nomeadamente o abastecimento de águas à capital. Também aí se fez sócio do Marquês de Val-Flor na exploração de grandes fazendas agrícolas, produzindo cacau e outras mercadorias tropicais de grande procura para o abastecimento das indústrias europeias. Como amante das letras dedicou-se ao cultivo das musas e à tradução de peças de teatro, pertencendo-lhe também a autoria de várias outras de colaboração com Rocha Pinto. Quando faleceu deixou avultada fortuna que legou a sua irmã D. Matilde, que residia em Faro no Largo de S. Francisco, e fora casada com um cavalheiro de apelido Mendes.

¹⁰ Na edição n.º 1835 de 22-6-1911, «O Districto de Faro» desejando clarificar a sua inequívoca adesão à República, publicou a seguinte nota oficial: «Nós - que a 6 de Abril de 1816, inauguramos este jornal, imprimindo-lhe a feição exclusivamente republicana, quando poucos republicanos havia em Portugal e nenhuns no Algarve, e que só por circunstâncias locais, como muito bem disse Jacintho Nunes em artigo editorial de uma folha da epocha, demos o nosso apoio a partidos monarchicos - associamos do intimo da alma ao coro de hossanas entoado em todo o paiz, pela realização definitiva do que, ha trinta e cinco annos, não passava de mera utopia - a proclamação da Republica Portugueza.

Por isso exclamamos jubilosos: Viva Portugal!
Viva a Republica!»

Vide a nossa *História da Imprensa do Algarve*, vol. I., p. 274.

¹¹ Luís Sepúlveda Pimentel Mascarenhas nasceu em Portimão a



Vilhena, Francisco Silveira Almeida

era também um velado republicano, que se aproveitou daquela tribuna para atacar os regeneradores, contados com a direita carlista. Não deixa de ser curioso que antes da República muitos dos seus futuros aderentes tivessem na imprensa farense assumido a defesa de partidos contrários, o que claramente denota uma velada simpatia, sobretudo da esquerda monárquica, pelo ideário republicano, sendo igualmente sabido que a maioria dos Progressistas, e até uma boa parte dos intelectuais Regeneradores, sentissem uma profunda desilusão em relação aos inúmeros escândalos políticos em que o regime se vinha atolando. Só a título de curiosidade se acrescenta que este periódico passou a designar-se, em 23-6-1889, como «O Progresso do Sul», dirigido pela nobre figura de Francisco Augusto da Silveira Almeida Vilhena, titulado Conde do Cabo de Santa Maria, o qual seria o último presidente da Câmara de Faro no tempo da monarquia, cabendo-lhe inclusivamente a honra de dar posse à primeira vereação republicana. Acresce ainda dizer que o jornal se extinguiu em 30-6-1895 para na semana seguinte reaparecer a público com a nova designação de «Algarve e Alentejo», o qual foi culturalmente o melhor jornal algarvio do século XIX, não só pela sua qualidade noticiosa como ainda pelos seus atributos literários, nele colaborando os mais notáveis plumitivos da intelectualidade nacional, que na sua maioria pertenciam ou simpatizavam com o

28-12-1847 e faleceu em Faro, na Rua Rasquinho, a 29-1-1920, com 73 anos de idade. Era filho de José Bernardo Mascarenhas e de D. Catarina Sepúlveda Mascarenhas, cuja naturalidade desconheço, mas que suponho portimonense. A sua vida jornalística iniciou-se nas colunas de «O Correio do Meio Dia», periódico portimonense de inspiração progressista, do qual foi director e proprietário, fundando a 8-12-1880 o semanário farense «Progresso do Algarve». Este periódico foi criado para organizar o Partido Progressista no Algarve, o que em boa verdade não conseguiu já que os seus correligionários se repartiram por dois grupos distintos e quase antagónicos: os *rabinos* e os *fajardos*. Contudo desse jornal nasceu uma pléiade de progressistas notáveis, como o Dr. Manuel Águedo Gomes de Miranda, natural de Moncorvo, pai do Dr. Artur Águedo de Miranda (com quem viria a fundar em 1908, em Faro, «O Algarve»), o farmacêutico Agostinho Ferreira Chaves e o Dr. António Frederico Gomes, ambos de Faro e todos do grupo dos *rabinos*. Dos *fajardos* faziam parte o Dr. Manuel Joaquim de Almeida Júnior, natural de Aveiro (pai de José Bento Ferreira de Almeida), os Drs. Frederico e Francisco Lazaro Cortes, irmãos e ambos de Faro, e o Padre Manuel José Gonçalves Osório, natural de Bragança. Após a extinção do «Progresso do Algarve», ajudou a fundar em 1889 com o Conde do Cabo de Santa Maria, o semanário «Progresso do Sul» nele colaborando com grande assiduidade e brilho. Dois anos depois o Conde do Cabo de Santa Maria fazia sair um outro semanário de inspiração progressista intitulado «Algarve e Alentejo», ao qual Luís Mascarenhas também pertenceu como colaborador. Extinto este jornal, em 1906, fundou com Artur Águedo e José Ferreira da Silva o semanário farense «O Algarve», que é o actual decano da imprensa algarvia, nascido em 1908 mas já sem quaisquer responsabilidades político-partidárias.

Luís Mascarenhas como militante do Partido Progressista chegou a candidatar-se a deputado pelo círculo de Lagos, mas não teve a satisfação de ser eleito. Em Faro, no Liceu João de Deus exerceu as funções de professor de inglês e de matemática e para esta última disciplina chegou mesmo a escrever um compêndio que desconheço se foi publicado. Nos finais do século passado fundou em Faro a primeira fábrica de conservas de sardinha denominada «Ossónoba» que se situava junto aos muros do castelo virada para o Largo de S. Francisco, na rua que então se chamava de Espanha. Contudo, parece que por razões financeiras a empresa faliu pouco depois de haver sido fundada. Luís Mascarenhas exerceu ainda vários outros cargos de prestígio como por exemplo o de administrador do concelho de Faro.

Partido Progressista. Este jornal, que se extinguiu em 30-10-1904, seria aliás o embrionário do semanário independente «O Algarve», de que falaremos a seguir, cujos promotores compraram as oficinas e parque gráfico ao Conde do Cabo de Santa Maria, que por terem sido adquiridas em Lisboa ao antigo diário «Correio da Tarde», eram então consideradas como as mais modernas a sul do país.

Relativamente a «O Algarve» – actual decano da imprensa algarvia, fundado em 29-3-1908, que teve em Artur Águedo de Miranda¹² e Luís Mascarenhas, os principais obreiros do republicanismo na capital algarvia – importa dizer que apareceu a público como semanário independente, cuja única bandeira eram os interesses e anseios da região. Foi, por conseguinte, um fervoroso regionalista na vertente propagandística das diversas potencialidades do Algarve, lutando contra a existência dos privilégios e das prepotências que o regime monárquico persistia em manter, apontando como principais pecadilhos do regime a corrupção, o nepotismo e a partidarite, isto é, a exclusão dos seus adversários políticos. Aderiu à República, logo após o 5 de Outubro de 1910, mas em 1914 retornou à sua posição inicial de independente, que aliás não mais largaria até hoje. Creio que o segredo da sua longevidade terá residido precisamente na sua isenção política, mas também é certo, não podemos ignorá-lo, que só conseguiu superar todas as dificuldades financeiras mercê

¹² Artur Águedo Miranda, advogado, político e jornalista, nasceu em Albufeira a 15-7-1867 e faleceu em Faro a 23-8-1936. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, após o que se radicou na cidade Invicta, onde, entre outros cargos, desempenhou as funções de redactor de «A Província», que, como é do conhecimento geral, se considerava como órgão do Partido Progressista no norte. Após esta breve experiência no jornalismo político foi colocado, numa das poucas situações progressistas, como administrador do concelho da Póvoa de Varzim, cargo esse que teve duração efémera. Já estabelecido em Faro desempenhou funções de subdelegado do procurador régio, auditor administrativo e comissário de polícia. No dia 29 de Março de 1908 ao lado de Ferreira da Silva e de Luís Sepúlveda Mascarenhas aparecia a fundar e dirigir o semanário independente «O Algarve», de algum modo sucedâneo do velho periódico progressista «Algarve e Alentejo», ao leme do qual se manteve até Março de 1917, após o que se ausentou desta cidade, para desempenhar um lugar de magistratura em África. Voltou passados alguns anos, nunca deixando de dar o seu contributo ao «O Algarve», sempre que fosse necessário, embora ele próprio afirmasse que se apresentava em *serviço moderador*. O Dr. Artur Águedo chegou a certa altura a gozar de elevado prestígio na província. Foi director do Cine Teatro Farense e do já desaparecido Teatro Circo, também dirigiu algumas companhias de pescarias e exerceu várias actividades associativistas em instituições regionais de conceituado prestígio. Era, por conseguinte, uma pessoa de iniciativa que tinha a mania de se meter em tudo. Curiosamente, poucos anos depois de implantada a República foi levada à cena em Lisboa uma revista que chateava a figura política do Dr. Afonso Costa; acontece que o jovem António Nascimento copiou o modelo adaptando-o ao Dr. Artur Águedo de Miranda, causando na época alguma celeuma na sociedade farense. Foi casado duas vezes e possuía um vistoso chalé na Praia da Rocha, em cuja avenida ainda hoje se avista, posto que ligeiramente adulterado, que mais tarde foi adquirido pelo industrial D. Caetano Feu, conhecido magnate conserveiro. A determinada altura foi para o Ultramar, onde não foi bem sucedido por lhe ter sido movida uma demanda por desvio de dinheiros, da qual se defendeu num opúsculo que corre impresso. Morreu vítima de doença incurável na tarde do dia 23 de Agosto de 1936, num quarto particular do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Faro, com 69 anos de idade.

da notável acção administrativa de Ferreira da Silva¹³, por muitos designado como “Silvinha marau”, que lhe dedicou os melhores anos da sua vida, sacrificando inclusivamente os seus bens pessoais à sobrevivência do jornal. Nos dias que correm é um exemplo sem imitação, infelizmente.

Mas o primeiro jornal fundado em Faro após a implantação da República foi um órgão estudantil, «A Mocidade», iniciado em 26-10-1911, por iniciativa de um grupo de estudantes do Liceu identificados com o Partido Democrático, de Afonso Costa, o qual congregou a facção mais esquerdista, popular e revolucionária do antigo PRP – Partido Republicano Português. Este jornal de jovens, congregava em si a esperança no futuro da pátria, tendo por lema a trilogia: Trabalho, Ciência e Progresso. O surgimento do jornal não era inocente, pois que o Partido Democrático sabia claramente que tendo na mão as novas gerações, sobretudo as mais instruídas, poderia não só garantir uma forte base eleitoral, como ainda recrutar os seus novos quadros políticos. Nas colunas deste jornal, revelou-se uma plêiade de novos talentos, no seio do qual pontificavam Jayme da Graça



João Bonança

¹³ José Ferreira da Silva, funcionário de Obras Públicas, nasceu em Loulé em 1870 e faleceu em Faro a 21-1-1949, com 79 anos de idade. Ainda jovem veio para Faro, onde se empregou como funcionário das Obras Públicas, fundando em 1908, de parceria com o Dr. Artur Águedo Miranda e Luís Mascarenhas, o semanário «O Algarve», do qual foi administrador durante muitos anos, assumindo a direcção desde 8-2-1920 até à morte. A sobrevivência deste semanário foi justamente o leitmotiv de toda a sua vida, a ele dedicando o melhor do seu esforço durante 42 anos, consentindo apenas por motivos alheios à sua vontade, devido a uma greve dos correios, que o jornal não saísse a horas numa única semana. Não era aquilo a que se pode chamar um jornalista, visto que pouco colaborava na redacção da folha que dirigia, porém era um verdadeiro perito na organização e funcionamento da sua tipografia. Politicamente era conservador e creio que perfilhava ideias monárquicas, muito embora nunca tivesse afrontado o novo regime, cuja institucionalização democrática sempre respeitou. Era fervorosamente católico e praticante, irmão e secretário da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo durante cerca de 35 anos, à qual prestou relevantíssimos serviços.

Quando faleceu legou a seu filho, Artur Serrão e Silva, a direcção de «O Algarve», o qual, tal como o seu progenitor, fez do jornal, da sua publicação e continuidade, a razão de ser de toda a sua existência. Aliás, também vendeu os bens e propriedades que possuía, nomeadamente os terrenos de Gambelas, para que a publicação do jornal nunca fosse posta em causa. O coração do “Silvinha” também não resistiu aos novos ventos de mudança, suscitados com o «25 de Abril», falecendo em Dezembro de 1980. Sucedeu-lhe na direcção do jornal a irmã, D.ª Basílis Conceição Serrão e Silva, que pouco depois vendeu a propriedade do jornal a José do Carmo Lopes Martins, com a promessa de nunca suspender a publicação do jornal, o que cumpriu na íntegra.

Mira¹⁴, Mateus Martins Moreno¹⁵ e José Guerreiro Murta¹⁶, os quais souberam reunir

¹⁴ O Dr. Jaime da Graça Mira faleceu em Lisboa, a 10-2-1965.

¹⁵ Mateus Martins Moreno nasceu na freguesia da Conceição de Faro, a 27 de Setembro de 1892, e faleceu em Lisboa em Maio de 1970, contando 77 anos de idade. Efectuou os seus estudos preparatórios no Liceu de Faro, onde presidiu à respectiva Academia e fundou o órgão «A Mocidade». Fez o curso complementar dos Liceus em Coimbra após o que transitou para Lisboa, em cuja universidade ainda cursou Matemáticas, na Faculdade de Ciências, não chegando, contudo, a concluir a formatura por ter sido mobilizado em 1917, incorporando-se no C. E. P. como alferes miliciano de artilharia de campanha. Ainda em Lisboa, tinha fundado a revista «Alma Nova» e publicado os seus primeiros livros, *Prece ao Vento* e *Minha Pátria*, sem esquecer a sua relevante participação no I Congresso Regional Algarvio, realizado em 1915, e no qual apresentou a tese «A Luta Contra o Analfabetismo e o Problema do Ensino no Algarve». Em França escreveu também os seguintes trabalhos: *De Portugal à Flandres; Sangue d'Epopeia; A Sintonia Macabra -Maximas da Kultur;* e *A Nova Guerra e a Artilharia*, livro esse que foi recomendado pelo Ministério da Guerra sob parecer da Direcção da Arma de Artilharia. Terminada a guerra, optou pela carreira das armas, frequentou a Escola de Guerra, foi promovido em 1921 a tenente, em 1933 a capitão e em 1942 a major, em cujo posto passou anos depois à reserva. Na qualidade de tenente frequentou o Curso Superior Colonial, o que lhe valeu importantes missões de serviço quer no continente quer em Angola, onde comandou uma unidade e foi professor do Liceu de Diogo Cão, director da Casa da Metrópole em Luanda e dirigiu junto do Gabinete do Governo Geral de Angola um serviço de informação de actividades na província, a ele se ficando a dever a organização de várias exposições, sessões de propaganda, edições de divulgação cultural e política junto das populações indígenas, em cujo seio era bastante querido. O major Mateus Moreno foi igualmente promotor de justiça do Conselho Superior de Disciplina Militar, em cujo cargo elaborou o projecto de novo Regulamento de Continência e Honras Militares. Exerceu a docência no colégio Militar de 1942 a 1944, foi delegado do conselho administrativo no Cofre de Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano, pertenceu à Delegação do Algarve para as Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique e fundou a Casa do Algarve, a cujos corpos gerentes desde sempre pertenceu. Colaborou assiduamente na imprensa algarvia, especialmente no «Correio do Sul», onde publicou o interessante trabalho, «Artilharia e Artilheiros do Algarve», entre 22 de Junho e 3 de Agosto de 1941, para além da recente e brilhantíssima secção biográfico-memorialista intitulada «Medalhões Algarvios». Mateus Moreno é autor de uma notável lista de obras.

¹⁶ José Guerreiro Murta, escritor, pedagogo e cooperativista, nasceu em Loulé a 14-5-1891 e naquela vila faleceu a 30-4-1979, com 87 anos de idade. Foi aluno distintíssimo do Seminário de S. José em Faro e do Liceu de João de Deus, após o que se transferiu para Lisboa em cuja Faculdade de Letras e de Direito concluiu a sua formatura. Distinguiu-se brilhantemente na vida pedagógica exercendo a docência em vários liceus da capital, nomeadamente no de Passos Manuel que reitorou durante largos anos e no de Setúbal, acamarrando com dezenas de professores e milhares de alunos que dedicavam ao Dr. Guerreiro Murta a mais elevada estima e admiração. No Liceu de Passos Manuel acabou por se reformar, sendo na altura homenageado pelas sucessivas gerações de colegas e alunos que por ali passaram.



Jose Guerreiro
Padre, Director. da antiga 'Voz de Loulé'



Maurício Monteiro
1916



José Joaquim Nunes

à sua volta os mais notáveis e conceituados publicistas algarvios conotados com o novel regime republicano, de entre os quais devo mencionar Rodrigues Davim, Carlos Lyster Franco, Bernardo de Passos, Cândido Guerreiro, José Dias Sancho, João Lúcio, Marcos Algarve, Maria Veleda, Joaquim Rita da Palma, Júlio Dantas, etc. Acresce dizer ainda que a vida de «A Mocidade» não foi tão efémera quanto costumava ser a maioria dos seus homólogos, pois que apenas se extinguiu ao cabo de 49 edições, em 31-10-1912. A consulta deste jornal é de indiscutível interesse para se conhecerem, não só as lutas estudantis da época, como ainda o evoluir da política republicana em diferentes localidades algarvias, publicadas na secção «Ecos da Província». O mais eloquente dos jornais republicanos algarvios foi, sem sombra de dúvida, «O Herald», fundado primeiramente na cidade de

Exerceu acção de grande relevo como Presidente da Direcção do Montepio Geral e sobre esta instituição e a Caixa Económica de Lisboa escreveu alguns estudos e publicou certos trabalhos de incontestável valor, sem falar já nas inmensas conferências e discursos que dedicou a estes assuntos. No Montepio promoveu comemorações, homenagens, exposições, instituiu prémios, cunhou medalhas, recordou o imortal fundador e notável algarvio Álvaro Botelho, festejou o centenário da instituição, impulsionou a construção de edifícios e delegações, realizou congressos, etc. Devido à sua notável acção pedagógica chegou, inclusivamente, a ser convidado para Ministro da Instrução e até para a Assembleia Nacional, cargos que por modéstia natural entendeu declinar. O Montepio Geral teve em preparação uma homenagem nacional dedicada ao Dr. José Guerreiro Murta, para a qual existia já um busto em bronze para ser inaugurado junto do edifício daquela instituição, porém a mudança política operada a partir de 25-4-1974, tornou de todo impossível a sua efectivação.

Para além da sua actividade cooperativista e pedagógica, o Dr. Guerreiro Murta foi ainda membro dos corpos gerentes da Companhia dos Tabacos, da Companhia das Águas e, durante vários anos, administrador do Banco Nacional Ultramarino, acerca do qual publicou alguns estudos históricos e outros trabalhos de carácter económico de incontestável valor.

Como jornalista, fundou e dirigiu na juventude o órgão estudantil «A Mocidade», que se editou em Faro, e a revista «Alma Nova», para a qual escreveu numerosos artigos de evocação algarviista, cuja consulta é sempre proveitosa. Publicou várias obras de carácter pedagógico-didáctico, nomeadamente, *Como se Aprende a Estudar*, *Manual da Língua Portuguesa*, *Educação Literária*, *Educação Científica*, *Como se devem ler os Escritores Modernos*, etc. A sua lista de obras, assaz numerosa, pode colher-se nas enciclopédias, razão pela qual nos escusamos de proceder à sua exaustiva citação.

Tavira, em 3-01-1901, pela mão de José Maria dos Santos, que o iniciou com o nº 966 por ser a continuação oficial do antigo «Jornal de Anuncios» (fundado em 1-02-1883), mas agora com um carácter mais noticioso e uma feição política de inspiração republicana. Nele colaboraram os mais lídimos plumitivos do país, para além de que também Manuel Teixeira Gomes, João Chagas, Raul Proença, Ladislau Patrício e Tomás da Fonseca assinaram presença nas suas colunas. O jornal manteve-se na cidade do Gilão até 25-02-1912, mas dadas as novas circunstâncias políticas o velho José Maria dos Santos vendeu a sua histórica Tipografia Burocrática de Tavira, assim como a propriedade do título ao Prof. Lyster Franco e ao Dr. João Pedro de Sousa, que transferiram os prelos para Faro a fim de tornar «O Heraldo» no órgão oficial do Partido Democrático. Podemos afirmar sem exagero que a colecção destes dois periódicos (que ao fim e ao cabo são apenas um) constitui a melhor e mais credível fonte para o estudo do republicanismo no Algarve. Mas não só, pois que também nessas colunas passaram ilustres literatos e poetas cuja colaboração merece ser estudada e compilada em obra de consistente fulgor científico. Saliento, por exemplo, que foi nessas colunas, em Faro, que se deu guarida e apoio oficial ao movimento do «Orfeu», com uma secção de poesia designada por “Gente Nova - *Futurismo*”, palavra essa até então pouco empregue em Portugal. Nela colaboraram o Fernando Pessoa, o Almada Negreiros e o Mário de Sá-Carneiro, mas também alguns jovens que viriam a ser famosos, nomeadamente Carlos Porfírio (que seria mais tarde director da famosa revista *Portugal Futurista*), Mário Lyster Franco, João Rosendo e outros de que não temos segura identificação, pois que todos assinavam os seus poemas sob pseudónimo. Lembro-me que na consulta deste jornal me saltava quase sempre à vista a gravura na 1.ª página do Dr. Afonso Costa, numa evidente acção propagandística do Partido Democrático. Infelizmente «O Heraldo» carecia da isenção política que lhe garantisse a idoneidade e a distância analítica dos factos sociais, não se coibindo de contestar, por vezes de forma desabrida, os seus adversários políticos e até mesmo os cidadãos mais ímpolutos, razão pela qual era constantemente querelado. Não surpreendem, por isso, as notícias de insultos, de alterações na via pública e sobretudo pendências judiciais movidas contra o Dr. João Pedro de Sousa, que usava as colunas do seu jornal para esgrimir violentos argumentos políticos contra a administração local, tanto de Faro como de outras localidades algarvias, sendo por isso conhecido como um polemista inveterado e um exaltado republicano. Entre os seus alvos preferidos figurava o semanário farense «O Algarve» e a figura política de Luís Mascarenhas, professor do Liceu de Faro, cujas truculências políticas

se estenderam ao longo de meses, com graves desaforos que obrigaram o Pintor Lyster Franco a quase abandonar o jornal.¹⁷

A sua eleição como deputado ao parlamento pelo Partido Democrático levou-o para fora do Algarve, livrando-se assim o pintor Carlos Lyster Franco, cujo cavalheirismo, espírito assisado e polido, em muito se distanciava do seu acrisolado sócio e imprudente plumitivo. Isso permitiu que em 1915 o jornal se assumisse como independente, dando assim início àquilo a que chamou “a era da pacificação”. Todavia, a pacificação interna do jornal teve de confrontar-se a partir daí com uma crescente onda de greves laborais e de contestação política, que ataçaram ainda mais a crise económica agravada a partir de 1916 com a entrada do país na I Grande Guerra. A escassez de papel e de recursos financeiros suscitaram a interrupção do jornal em 26-8-1917, que nunca mais reataria a sua publicação. Em todo o caso, não podemos deixar de acrescentar que foi o melhor jornal que se publicou no Algarve durante os alvoroçados anos que precederam e se sucederam à implantação da República, razão pela qual se deve considerar como uma fonte primacial para o estudo desse conturbado período histórico.

O outro jornal que na capital algarvia surgiu um público como arauto de uma força partidária republicana foi «O Sul», fundado em 24-3-1912, sob a direcção política de Álvaro Júdice¹⁸, tendo como director literário o Dr. Fidelino de Figueiredo, ao tempo professor do Liceu de Faro, e que viria a tornar-se num dos mais conceituados literatos e estudiosos da literatura portuguesa. Como redactor principal surgiu a figura de Mário Gonçalves¹⁹, um jovem muito activo e talento-

¹⁷ O caso que suscitou maior celeuma na vida do jornal foi precisamente a polémica ofensiva e injuriosa contra «O Algarve», e particularmente o seu director Luís Mascarenhas, à qual era alheio o pintor Lyster Franco que como sócio fundador de «O Heraldo» tomou uma posição desfavorável não só ao seu colega Dr. João Pedro de Sousa como até ao Partido Democrático, de que fora um dos três fundadores em Faro, retirando-se da direcção e edição daquele jornal. A partir de 1915, com a edição n.º 300, tudo mudaria na vida de «O Heraldo», figurando como único Director o pintor Lyster Franco, deixando por completo a sua orientação político-partidária, sem contudo abandonar a sua incontornável feição republicana.

¹⁸ Jurista e político republicano, natural de Tavira, onde faleceu a 27-3-1929. Na altura do seu falecimento desempenhava as funções de oficial do Registo Civil em Portimão. Foi um distinto e muito conceituado militante republicano do partido Evolucionista, no qual se filiou à data da sua fundação. Era casado com D. Maria Luíza Ribeiro Júdice, filha do capitão Filipe de Aragão Ribeiro, de quem teve dois filhos. Pouco antes de falecer publicou um livro sobre a legislação do Registo Civil, considerado muito útil e oportuno nos meios da especialidade.

¹⁹ Político republicano e talentoso jornalista, nasceu em Faro em 1892 e faleceu em Lisboa, a 16-4-1930, com apenas 38 anos de idade. Ainda muito jovem assumiu a direcção do semanário farense «O Sul» que era, no Algarve, o órgão do Partido Evolucionista. Foi, portanto, um incansável lutador a favor da República, a qual serviu nos primeiros anos da sua implantação na cidade de Faro, com denodado estoicismo. Aliás cabe ao quase imberbe jornalista Mário Gonçalves a honra de haver fundado nesta cidade o partido erigido pelo Dr. António José de Almeida, de quem foi admirador e amigo, falecido seis meses antes do seu inditoso e precoce passamento. Desiludido com o rumo político dos evolucionistas acabou depois por aderir ao partido nacionalista que o convidou a aceitar o lugar de Administrador do Concelho e de Comissário de Polícia de Faro, do qual tomou posse a 4-12-1923, tendo na mesma cerimónia sido empossado como

so, que apesar de republicano era bastante conservador, tendo por isso especial admiração e até afeição pessoal pelo Dr. António José de Almeida, fundador do Partido Republicano Português, que após a implantação do novo regime tratou de atrair para o seu partido a franja eleitoral menos convicta e politicamente mais moldável do antigo Partido Regenerador. Ao processo, mais ou menos insidioso, de aquiescência política dos monárquicos ao novo regime chamou-se “adesivagem”, atitude veementemente criticada na imprensa da época, e ridicularizada pelos caricaturistas, que ilustravam a formação dos novos partidos políticos como uma espécie de alfaiatarias onde os monárquicos iam virar as suas antigas casacas e jaquetas em simples paletós operários, para assim se parecerem mais de acordo com os novos tempos. Os regeneradores tornaram-se na principal fonte de recrutamento do Partido Evolucionista, de que é exemplo a fundação deste semanário farense «O Sul», herdeiro natural de um outro com o mesmo nome, fundado em 5-12-1903, órgão oficial do Partido Regenerador-Liberal, que teve como director político João Franco Pereira de Matos²⁰ e como director literário o famoso poeta

Governador Civil de Faro o capitão de fragata José Mendes Cabeçadas. Mário Gonçalves foi casado com D. Maria da Piedade Correia Gonçalves, de quem teve três filhas, que deixou ainda menores à data do seu falecimento.

²⁰ João Franco Pereira de Matos, médico, deputado e banqueiro, nasceu em Faro em Junho de 1870 e faleceu nesta cidade a 29-4-1943, com 72 anos de idade. Formou-se em Medicina em 1896, foi médico municipal, subdelegado de Saúde e director da Casa de Saúde de Faro. Ainda estudante esteve no Porto durante o Centenário do Infante D. Henrique, representando a Academia de Lisboa, fez parte da comissão encarregada de receber os briosos militares que vinham de combater o célebre chefe tribal, Gungunhana, foi eleito presidente da Caixa de Socorros a estudantes pobres, etc. Após a licenciatura dedicou-se à política e foi por duas vezes eleito deputado pelo Círculo do Algarve, sem esquecer que também aqui exerceu funções de Governador Civil do Distrito. Dedicou-se também ao jornalismo, dirigindo o semanário farense «O Sul» e colaborando em vários outros, evidenciando sempre o seu forte espírito liberal, lutando contra a indigência e mendicidade, que considerava como um dos maiores defeitos da sociedade portuguesa. Em 1915 fundou uma das mais acreditadas casas bancárias do Algarve, que teve a designação de Matos & Baião, L.d., visto ter-se associado com outro grande empresário, o Dr. Filipe César Augusto Baião. Ambos tiveram papel de relevo no crédito às pescas e às indústrias locais. Em 1921 foi eleito Presidente da Associação Comercial e Industrial de Faro e, pouco depois, elegeram-no representante do Algarve no Conselho Superior da Política Monárquica a cujos princípios sempre se manteve fiel, embora tivesse depois simpatizado com o Estado Novo.

²¹ João Lúcio Pousão Pereira, poeta e jurista, nasceu na vila de Olhão a 4-7-1880 e faleceu na sua terra natal a 27-10-1918. Era filho de João Lúcio Pereira, político e proprietário olhanense, e de sua segunda esposa D. Maria Helena de Araújo Pousão Pereira, irmã do pintor Henrique Pousão. Estudou no liceu de Faro, estreado-se na imprensa em 1892, com apenas 12 anos de idade, no semanário «O Olhanense» e pouco depois fundaria «O Echo da Academia» que se editava em Faro, extinguindo-se rapidamente. Em Tavira, juntamente com António dos Santos, fundou o quinzenário «Reyno do Algarve» que ao fim de pouco mais de uma dezena de números suspenderia a sua publicação. De 1903 até 1905 fundou e dirigiu o semanário farense «O Sul». Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito, regressando 1902 a Olhão, de onde não mais saíria, apesar das suas esporádicas viagens pela Espanha, Marrocos, França, Itália, Grécia, Turquia e Palestina. Abriu banca de advogado em Olhão, mas defendeu causas por todo o Algarve, distinguindo-se pela eloquência, poder de argumentação e dotes de oratória. Profundo conhecedor dos códigos e tratados jurídicos conquistou fama e consideração entre os seus pares. Atraído pela política ingressou no seio do Partido Regenerador-Liberal, afecto ao conselheiro

olhanense João Lúcio²¹.

Importa dizer que «O Sul» foi um dos mais polémicos e controversos semanários da imprensa algarvia, que em Faro tinha como principal opositor político «O Herald», pois que sendo o primeiro arauto do Partido Evolucionista, o segundo defendia com intransigente denodo o Partido Democrático. Em todo o caso, à parte a truculência dos ataques e polémicas contra os seus adversários políticos, não podemos deixar de elogiar os inquéritos à vida económica e ao desenvolvimento sócio-cultural do Algarve que alguns dos mais destacados vultos da intelectualidade regional publicaram em «O Sul», os quais constituem hoje fonte de grande interesse para o estudo e conhecimento da época. Igualmente de interesse são também os artigos em que se apelava à união dos republicanos em torno da conservação do regime, pois temia-se que as lutas partidárias levassem à auto-destruição da República. De entre as várias secções que compunham as colunas de «O Sul», uma porém impõe-se que aqui destaquemos, trata-se de «Coisas Antigas do Algarve», da autoria do autodidata Honorato Santos, um dos plumitivos que mais se interessou pela História Regional, o qual neste jornal publicou 130 artigos de grande interesse e valor informativo. Para além disso, há ainda um outro aspecto que gostaríamos de salientar, é que nunca a imprensa algarvia teve tão grandes e notáveis colaboradores como no período de afirmação republicano, isto é, nas primeiras décadas do século XX, cujos directores, editores e colaboradores constituíam a verdadeira nata da inteligência regional. Repare-se inclusivamente no exemplo dos dois jornais que acabamos de analisar. Enquanto em «O Sul» pontificava a figura intelectual de Fidelino de Figueiredo, grande literato e professor universitário cuja obra científica todo o país conheceu e admirou, em «O Herald» distinguia-se a elegância, o apuro, a honradez e a expressividade

João Franco, que em 1906 o elegeu deputado pelo Algarve. Mais tarde, já implantada a República, voltou a alcançá-lo-se ao areópago da política nacional em representação da minoria monárquica. Na sua terra natal também desempenhou notável acção política chegando a ser eleito, por unânime conjugação de esforços dos monárquicos e republicanos, para a presidência da Câmara Municipal de Olhão onde promoveu alguns melhoramentos de vulto, usando muitas vezes para os levar a efeito os seus particulares meios de fortuna. Mas a sua acção pública não se ficou por aqui, pois chegou ainda a presidir a várias instituições de benemerência, educativas e de recreio, nomeadamente a Comissão Protectora do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, a Comissão Directora do Corpo de Bombeiros Voluntários e a Sociedade Recreativa Olhanense, que havia sido fundada por seu pai. Nesta Sociedade, realizou vários concertos, recitais, conferências, concursos literários, comemorações de centenários, como por exemplo o de Almeida Garrett que obteve tanto sucesso que João Lúcio foi convidado como orador na sessão de encerramento que teve por palco o Teatro Nacional de Lisboa.

João Lúcio faleceu com apenas 38 anos de idade, vitimado pela epidemia da pneumónica. Publicou vários livros de poesia, reunidos em volume pela Câmara Municipal de Olhão.

literária do artista Carlos Lyster Franco, professor, escritor e cidadão da melhor sociedade farense. Compare-se isto com os tempos presentes e veja-se quão desolador é actualmente o panorama intelectual da nossa imprensa regional.

Acresce dizer ainda que a cidade de Faro, no período de afirmação da República, entre 1912 e 1918, era no contexto nacional uma das que mais periódicos oferecia aos seus cidadãos, editando em simultâneo os semanários «O Algarve», «Districto de Faro», «O Heraldo» e «O Sul», não falando já no quinzenário «Boletim do Algarve», órgão da diocese algarvia, fundado em 15-1-1910, que depois se transformaria, em 19-6-1914, no actual semanário «Folha do Domingo»²². Esta situação poderá explicar-se pelo facto de se tratar de uma capital de distrito, com todas as actividades económico-socio-culturais que lhe estavam adstritas, mas também se explica pela crescente expansão demográfica do concelho, cuja população avaliada em 35.834 habitantes evidenciava um crescimento de 57,3 hab por km² no cômputo da última centúria. Aliás entre 1820 e 1890 a população algarvia cresceu 90,1% enquanto a média nacional foi de 54,6%, sendo que na década entre 1890 e 1911 apenas aumentou 19,3%. Mas estes números tornam-se mais claros se acrescentarmos que só nas duas freguesias urbanas de Faro (Sé e São Pedro) a população em 1911 totalizava 12.680, ou seja, quase metade da população concelhia concentrava-se na cidade, podendo por isso considerar-se como um concelho tendencialmente burguês, cuja economia era propensa ao sector terciário.

Não obstante termos referenciado os jornais

que, em Faro, mais intensa actividade política desenvolveram no período de afirmação da República, o certo é que outros existiram não só nesta cidade, como noutras localidades algarvias.

ALGUNS INUSITADOS PERIÓDICOS REPUBLICANOS DE FARO

Não querendo ser exaustivos, por que a tanto não nos sobeja o espaço, importa ainda lembrar aqui a existência de outros periódicos que no Algarve se distinguiram durante a vigência do regime republicano. Assim, e ainda em Faro, lembramos, o aparecimento do primeiro jornal anarquista de que há memória no Algarve, com o sugestivo título de «O Libertário», fundado em 13-10-1912 por António de Sousa Palma e José Franco, dois jovens empregados do comércio, hoje praticamente ignorados. O jornal veio a público em memória de Francisco Ferrer, o grande educador racionalista e fundador da Escola Moderna de Barcelona, comemorando-se nesse ano o 3.º aniversário da sua execução. É importante acrescentar que o jornal vivia exclusivamente dos donativos dos seus simpatizantes, razão pela qual se publicaram apenas seis números, editados por ocasião do 1.º de Maio, então, como hoje, considerado Dia Mundial do Trabalhador. A falta de recursos ditou a sua extinção em 1-5-1915. Porém, constitui uma fonte imprescindível para o estudo das células anarquistas e comunistas, que então existiam



João de Deus de Alte



José Guerreiro Murta

²² Veja-se a propósito do «Boletim do Algarve» e do seu sucedâneo «Folha do Domingo», o que escrevi na minha História da Imprensa do Algarve, 2 vols., Faro, CCRA, 1988-1989, vol. 1, p. 185-188, e pp. 304-307, respectivamente.

minimamente organizadas, no seio da indústria corticeira algarvia, nomeadamente em Faro, Olhão, Monchique Loulé, Messines e Silves.²³ O seu sucedâneo natural foi o quinzenário anarquista «A Ideia», fundado em Faro a 5-3-1916 pelo jovem marçano António Neves Anacleto²⁴, a quem também chamaram o “Gorki português”, devido aos seus dotes literários e muito especialmente ao seu irrefreável espírito revolucionário. Devido aos apelos que fazia à união dos trabalhadores contra o patronato, ao incitamento às greves que por quase todo o Algarve despontavam, e sobretudo à invocação da violência contra os comerciantes açambarcadores que faziam inflacionar os preços, o jornal depressa se tornou alvo das perseguições policiais e até da suspensão do título. Embora os seus raros colaboradores assinassem os artigos sob pseudónimo, sei de viva voz que o jovem estudante liceal José Neves Júnior²⁵, que mais tarde se tornaria num conceituadíssimo professor do próprio Liceu de Faro, era um dos mais contundentes plumitivos de «A Ideia», assim como o Dr. Rita da Palma, que aliás ensinara o próprio Neves Anacleto a ler e escrever, pois que quando chegou a esta cidade para trabalhar como caixeiro comercial era um simples e inqualificado analfabeto.²⁶ Curiosamente este pequeno jor-

²³ A propósito das lutas operárias dos corticeiros de Silves, nomeadamente sobre a organização do seu sindicato e das células anarquistas e anarco-sindicalistas que grassavam por todo o barlavento algarvio; sobre as manifestações do 1.º de Maio, as perseguições da polícia, detenções e deportação dos operários, veja-se o importantíssimo livro-fonte da autoria de José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914-1938*, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1978.

²⁴ Advogado, político e escritor, nasceu no sítio da Amorosa, freguesia de São Bartolomeu de Messines, a 8-2-1897 e faleceu em Lisboa a 25-2-1990. Quase adulto era ainda analfabeto, mas dedicando-se ao estudo habilitou-se aos exames da instrução primária, do curso liceal e depois da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se formou em 1926. Editou, em 1920, o quinzenário estudantil «Alma Académica», órgão da academia do Liceu de Faro, após o que fundou e dirigiu o quinzenário anarquista «A Ideia», e dez anos depois tomou a seu cargo o semanário «Alma Algarvia», que se havia fundado a 7-11-1926 na vila de Loulé e que em Faro fez reatar com a veemência e frontalidade que lhe era peculiar. Adepto das ideias anarquistas esteve por várias vezes preso, acabando por ser deportado para Moçambique onde exerceu a advocacia. Grande parte dos seus proventos financeiros investiu-os na cidade de Faro, no sector imobiliário, chegando a ser um dos principais proprietários da Av. 5 de Outubro. Com o «25 de Abril» e a consequente descolonização retornou à pátria fixando-se em Lisboa onde permaneceu até à morte. O Dr. Francisco Sá Carneiro convidou-o para figurar nas listas do PPD ao parlamento, para o qual foi eleito por Lisboa. Colaborou em vários jornais diários, demonstrando-se desencantado com o andamento da política nacional. Publicou vários livros de entre os quais destacamos, pela sua polémica feição, apenas os últimos: *A Inventona do 28 de Setembro (Quem a fez?)*, Lisboa, 1976, e *O Traidor Otelo*, Lisboa, 1976. Mas a sua obra mais notável é ao fim e ao cabo o seu próprio livro de memórias que tem por título *A Minha Longa Luta - preso algemado e deportado*, Lisboa, 1975.

²⁵ Veja-se acerca da vida e obra desse grande professor, historiador e geógrafo o livro de Maria Arminda Mesquita, *O Homem e o Pedagogo - José Neves Júnior*, Faro AJEA Edições, 1999.

²⁶ Veja-se da autoria do Dr. Joaquim Rita da Palma os livros: *Cinzas do meu Pensamento*, ed. Autor, 1981, e *Memórias de um Advogado*, ed. Autor, 1980. Dos dois só o primeiro contém evocações e vários episódios da sua vida estudantil no Liceu de Faro, mas ambos merecem ser lidos como fonte de estudo para a vida social e cultural do Algarve desde os primórdios até quase à eclosão do século XX.

nal anarquista mostrava-se bastante agressivo para com os partidos republicanos, tendo como alvo preferencial a figura de Afonso Costa e do Partido Democrático, o que suscitou em «O Herald» mais uma das suas viperinas polémicas.

Outro jornal republicano de inusitada proveniência foi «O Algarvio», fundado em 18-5-1919, pelos jovens estudantes do Liceu de Faro, Mário Lyster Franco²⁷ e José Centeno Castanho²⁸, em cujas colunas sustentaram a autonomia do Algarve, mercê da sua viabilidade financeira, reivindicando a igualdade do estatuto que pouco antes fora concedido pelo governo aos Açores e Madeira. A sustentabilidade autonómica do Algarve não constituía novidade na época, já que no ano anterior o ex-ministro Tomás Cabreira publicara uma obra em que detalhadamente demonstrava «*que o Algarve paga muito mais ao Estado do que dele recebe e que, por consequência tem todas as condições para possuir uma completa autonomia administrativa*». E acrescenta: «*Tanto a balança commercial como as balanças das finanças individuaes ou estadoaes dão, ao velho reino do Algarve, todas as características de uma região que pode contar com os seus proprios recursos para ter uma vida mais larga e intensa*». Como algarvio «dos mais fanáticos pela sua terra natal», Tomás Cabreira concluiu de forma muito esperançosa e positiva que «o Algarve pode ter um futuro brilhantíssimo e ser a região mais rica de Portugal».²⁹ Foi com base na obra de Tomás Cabreira, e inspirados no espírito maçónico da loja «Pró-Pátria» de Faro, que os jovens estudantes criaram

²⁷ Mário Lyster Franco, advogado, jornalista e escritor, nasceu em Faro a 19-2-1902 e faleceu em Lisboa a 20-8-1984. Estreou-se nos jornais aos 8 anos, e aos 15 já fazia parte do grupo de poetas futuristas do jornal «O Herald». Aos 17 funda o jornal «O Algarvio» e aos 25 era advogado com banca em Faro. Dedicou-se depois ao jornalismo dirigindo durante quarenta anos o semanário farense «Correio do Sul» e em 1946 tinha já concluída para publicação a sua obra-mestra, *Algarviana - Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, de que apenas se publicou o volume inicial em 1982. Para mais informes consulte-se os meus livros: *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Faro, CCRA, 1988-1989, vol. I, p. 245; *Confidências e Revelações de Mário Lyster Franco*, Faro, AJEA Edições, 2005; e ainda o meu blogue <http://algarvehistoriacultura.blogspot.com>.

²⁸ José Centeno Castanho, advogado, diplomata e empresário de artes gráficas, nasceu em Olhão e faleceu em Lisboa a 16-5-1961. Era filho do Dr. José Ribeiro Castanho, que foi Ministro do Interior no tempo da implantação da ditadura nacionalista e morreu Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Estudou no Liceu de Faro e foi companheiro dilecto do, então quintanista, Mário Lyster Franco, com quem fundou «O Algarvio», em 1919, que se dizia de propaganda autonomista. Possuidor de reconhecidos dotes de inteligência era, contudo, uma personalidade inconstante e sempre insatisfeita. Matriculou-se na Universidade de Lisboa e depois de tentar vários cursos acabou por se formar em Direito. Evidenciava, desde muito jovem, fortes convicções nacionalistas, mas evitava aproveitar-se dos velhos amigos de seu pai, que eram pessoas muito próximas do Prof. Salazar, para se impor na vida. Ainda tentou a carreira diplomática, chegando a ser colocado à frente do consulado de Aiamonte, mas em breve se desencantaria das suas novas funções, regressando a Lisboa. Depois de ter ocupado vários cargos públicos, resolveu tornar-se sócio-gerente de uma empresa ligada à indústria de tipografia, sediada em Lisboa.

²⁹ Tomás Cabreira, *O Algarve Economico*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1918, pp. 285-286.

a «Sociedade Pró-Algarve», de que o jornal era órgão oficial, única e exclusivamente para propagandear “urbi et orbi” a autonomia administrativa do Algarve. Foi-nos confidenciado pelo próprio Mário Lyster Franco que o tal “fanatismo regionalista”, de que se arvorava Tomás Cabreira, o havia fortemente influenciado, pois que ainda jovem, de apenas treze anos, teve a honra e a feliz oportunidade de conviver de perto com aquele garboso militar e notável político republicano no decurso do I Congresso Regional Algarvio, realizado na Praia da Rocha em 1915.³⁰ Infelizmente este revolucionário gesto de sincero e convicto regionalismo, expresso com a fundação de «O Algarvio», cessaria com o n.º 23 de 16-11-1919. Devo acrescentar que nunca mais existiu no Algarve qualquer outro periódico que pudesse equiparar-se-lhe, não só na difusão do espírito autonomista como ainda no romantismo regionalista.³¹

Por fim, merece particular referência, até pela surpresa do seu aparecimento público, o semanário «O Combatente», órgão do Centro Socialista de Faro, fundado em 11-12-1919, pela mão de Eduardo Martins Seromenho, que julgo ter sido professor primário. O jornal embora se considerasse republicano socialista-marxista e defensor da classe operária, pareceu-me mais próximo dos jovens anarquistas que haviam criado os dois periódicos anteriormente citados, do que propriamente do Partido Comunista, então recém-criado.

³⁰ José Carlos Vilhena Mesquita, *Confidências e Revelações de Mário Lyster Franco*, Faro, AJEA Edições, 2005, p. 37.

³¹ Aquilo a que chamo o “romantismo regionalista” encontra-se expresso no artigo de fundo da edição inaugural de «O Algarvio», no qual se manifesta a vontade de promover «por todas as formas, por todos os meios ao seu alcance, os progressos morais e materiais, deste torrão ubérrimo, deste jardim de fadas, deste recanto abençoado que é o nosso Algarve, terra amada do sol, terra onde a luz invade a paisagem, terra sagrada dos olhos negros e das paixões ardentes, terra querida do luar, onde o lirismo tem a mais alta expressão».

Apesar de se dizer inspirado nas doutrinas de Karl Marx, e de supor que nesses conturbados tempos do fim da I Guerra Mundial a revolução socialista estaria eminente³², o certo é que os seus textos não evidenciavam uma inspiração socialista, de carácter marxista, mas ao invés uma forte inclinação anarco-sindicalista, realçada na existência de inúmeras células operárias na indústria algarvia que sempre existiram organizadas sob a bandeira anarquista. Este jornal, que foi uma ténue imitação de «O Combate» de Lisboa, acabaria por se extinguir ao cabo de 34 edições a 29-8-1920.

A «ESCOLA DE LAGOS», ALFOBRE DA IMPRENSA REPUBLICANA ALGARVIA

Já aqui dissemos que a cidade de Lagos foi o berço do republicanismo algarvio, onde despontou aquilo a que chamamos a “Escola de Lagos”, designação com que pretendemos distinguir a magnífica plêiade de homens de letras que na segunda metade de Oitocentos desenvolveu naquela urbe um verdadeiro movimento político-cultural, materializado na fundação de vários e sucessivos órgãos de comunicação social, a maioria dos quais se identificava com as novas ideias libertárias e

³² Essa é aliás a mensagem contida no artigo de fundo que inaugurou a vida do próprio jornal, do qual extratamos a seguinte passagem: «Após a guerra, os proletários de todo o mundo, compreendendo bem o caminho a seguir para se emanciparem da tirania das classes dominantes, teem-se agrupado em volta da bandeira socialista, cheios de fé e de entusiasmo ardente, tocados dos mais generosos sentimentos que lhes inspiram as sãs doutrinas do puro socialismo que tem por divisa - Não há deveres sem direitos, nem direitos sem deveres.»



??????????????



Postal de Lagos

republicanas, que aliás despontavam por quase toda a Europa ocidental. Nessa “Escola de Lagos” a figura que lhe serviu de charneira foi o Dr. Bartolomeu Salazar Moscoso³³, um intelectual de elevadíssimo nível científico e de grande sensibilidade cultural, e ao mesmo tempo um poeta da mais fina têmpera parnasiana, inspirado no naturalismo literário, resultante dessa herança genética que é o lirismo algarvio. Em sentido cronológico, surgiu primeiramente o «Diário do Algarve», sob a égide de António Joaquim Corrêa Júnior, cuja alma-mater era o seu chefe de redacção, o famoso José Joaquim da Costa Macedo, vulgo o Macedinho³⁴. Não tenho a certeza da data de fundação, mas

³³ Bartolomeu Salazar Moscoso nasceu na freguesia de Santa Maria, da cidade de Lagos, a 9-1-1856, e faleceu em Santarém a 21-10-1933; filho de D. Francisco Salazar Moscoso e de D. Vitória Rita Baraona da Veiga, ambos fidalgos da melhor estirpe. Estudou em Lisboa na Escola Académica e concluiu o seu Curso Superior de Letras com elevada distinção, fazendo parte numa magnífica tertúlia literária ao lado de Fialho de Almeida, Guilherme de Azevedo, Joaquim de Araújo, Coelho de Carvalho e Marcelino Mesquita, com quem fundara um jornal estudantil intitulado «O Académico». Foi sócio fundador, com o n.º 26, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, fundada em Lisboa em 1880, tomou parte em comícios republicanos e foi um dos signatários do manifesto académico de 26-1-1882 em que se reivindicava um Instituto de Ensino Livre; participou nas comissões executivas do Centenário Pombalino e do Centenário de Camões, filiando-se então no Partido Republicano de que foi sócio num centro político que existia na Rua da Rosa. Pouco depois voltava à terra natal onde se radicou com funções de solicitador e de advogado de provisão, tendo esporadicamente ocupado os cargos de administrador do concelho de Olhão e procurador por Vila do Bispo à então Junta Geral do Distrito. Como jornalista e homem de letras foi redactor do «Notícias do Algarve», director da «Folha Democrática» e redactor do semanário «Pró-Lagos» que se publicaram todos em Lagos, de 1883 até 1894. Com José Bourquin Brak-Lamy fundou o primeiro centro republicano do Algarve, gérmen de vários outros que mais tarde se espalharam por toda a província. Colocado como professor interino no Liceu Nacional de Faro, Salazar Moscoso revelou-se então como um inveterado boémio que do vulgo tolerava em face do seu invulgar génio de poeta e orador. A insatisfação do seu carácter levou-o novamente para Lisboa onde, mercê de inesperadas privações, teve de se fazer redactor efectivo dos jornais, percorrendo deste modo as redacções de «O Dia», da «Capital», do «Paiz» e de «A Vanguarda» até que a convite do seu amigo Dr. Manuel Ribeiro Alegre foi para Santarém, onde desempenharia as funções de ajudante da Conservatória do Registo Predial e, pouco depois, de professor da Escola Primária Superior. Velho e cansado, minado pelo álcool, dedica-se no fim da vida à leccionação particular, que mesmo assim não o libertará da miséria. Morreu praticamente na indigência, apesar de amparado pelos amigos escalabitanos, que lhe chegaram inclusivamente a pagar o funeral. Foi um poeta de génio, que publicou em pequenos folhetos, dezenas de sonetos do mais fino e eloquente lirismo, sobre os quais podemos encontrar detalhadas referências no estudo de Mário Lyster Franco, Salazar Moscoso – um poeta algarvio esquecido, Faro, separata do «Correio do Sul», 1979.

³⁴ José Joaquim da Costa Macedo nasceu em Faro em 1859 e nesta cidade veio a falecer em 6 de Abril de 1910. Estudou em Faro revelando desde muito cedo elevada inteligência, a ponto do Eng.º Macário dos Santos, responsável pela rede de estradas que em 1870 se haviam iniciado nesta província, lhe entregar a responsabilidade de alguns estudos do terreno, assim como a vigilância dos trabalhos efectuados. Teve vida aventureira e bastante boémia. Quando se preparava para contrair matrimónio fugiu para lugar incerto só voltando vinte anos depois, para se refugiar das autoridades militares que o acusavam de ter tomado parte da célebre revolução do «31 de Janeiro de 1891». Apesar disso, Costa Macedo seguiria a carreira das armas chegando ao posto de 1.º sargento de engenharia e só não progrediu por ser um empertigado republicano, que não se inibia de nos quartéis propagandear o novo regime que, infelizmente, e por escassos meses, nunca chegaria a ver implantado em Portugal. Deixou o exército para se radicar em Faro, mas toda a vida sofreu dificuldades económicas, mitigadas pelos parcos rendimentos auferidos pelas explicações de matemática e de português que dava aos alunos do Liceu, ou pelo que os jornais lhe pagavam pela colaboração que mantinha em quase tudo o que se publicava a sul do Tejo, sob a bandeira ideológica da República, é claro. Foi também o principal redactor do jornal «Progresso do Sul», que durante anos sobreviveu à sombra da sua pena. A boémia e o álcool arruinaram-lhe a saúde e apesar de vir a morrer já regenerado ainda hoje se fala das diatribes do seu

presumo que deve ter ocorrido nos finais de Dezembro de 1872. Apenas vi um único exemplar deste jornal, e receio mesmo que não exista mais nenhum. Embora se mostrasse intrinsecamente republicano na abordagem dos poucos assuntos focados nas suas colunas, era contudo mais literário do que político. Não obstante, coube-lhe a honra de ter sido, supostamente, o primeiro órgão com periodicidade diária que se publicou no Algarve. Acresce dizer que este jornal foi como que o continuador do «Echo do Algarve», de 1868, que já abordamos no início deste trabalho, cujo elo de ligação era precisamente o António Corrêa Júnior, proprietário da Tipografia Lacobrigense. Seguiu-se-lhe a «Gazeta do Algarve», fundada no ano seguinte, em 1-1-1873, pela mão de duas figuras de proa da intelectualidade lacobrigense, Augusto Feio Soares de Azevedo³⁵, e o capitão João Pedro Correia Tello, notável oficial militar e figura de primeiro plano nos quadros políticos regionais. Apesar deste semanário ter sobrevivido até ao n.º 261 de 25-12-1877, parece que a ambos faltaram forças físicas e financeiras para manterem o jornal, que sem sombra para dúvidas foi o melhor do seu tempo, constatando-se, pela sua leitura, que possuía correspondentes nas principais cidades e vilas do Algarve, o que atesta a sua enorme expansão e tiragem, que deve ter rondado os dois mil exemplares. A consulta da «Gazeta» permite-nos conhecer não apenas as principais personagens da sociedade lacobrigense do último quartel do século XIX, como ainda ler notícias, artigos e estudos sobre as causas do atraso económico do Algarve, desde a silvicultura às pescas passando até pela referência aos diversos surtos epidémicos que assolaram a região. Nas suas colunas podem colher-se preciosas informações sobre a indústria pesqueira, as armações do atum, as greves operárias nas fábricas conserveiras, os preços dos géneros de primeira necessidade, os cataclismos naturais, os surtos epidémicos (particularmente sobre o colera-morbus), o aparecimento de peixes

passado aventureiro. Constituiu família de que ainda existem descendentes, tendo um dos seus filhos chefiado as oficinas tipográficas do antigo «Diário do Algarve, que se editou em Faro de 1932 a 1933. Registe-se que José Joaquim da Costa Macedo foi um dos primeiros conservadores da Biblioteca Municipal de Faro.

³⁵ Augusto Feio Soares de Azevedo, médico, nasceu em Coimbra em 1838 e faleceu em Lisboa a 2-9-1907, vitimado por uma enterite, com 69 anos de idade. Veio ainda jovem para a cidade de Lagos, onde exerceu clínica durante catorze anos, tendo aqui fundado de parceria com João Pedro Correia Tello o semanário

«Gazeta do Algarve», um dos primeiros que nesta província defendeu as ideias republicanas. Saiu de Lagos para a ilha Graciosa, nos Açores, de onde regressaria pouco depois à metrópole embarcando de seguida para África, estabelecendo-se na Catumbela e depois no Ibo, aí dirigindo os postos médicos da Companhia do Niassa. Voltou mais tarde para Lisboa a fim de tomar posse do lugar de facultativo do Lazareto, onde se manteve até à reforma. Regressou ao Algarve, ainda que por breve espaço de tempo, para exercer o seu múnus no Compromisso Marítimo de Olhão. Era amigo muito próximo de Fontes Pereira de Melo, e por isso militou no Partido Regenerador, sendo eleito deputado na legislatura de 1880-1881.

monstruosos, as festividades populares, e até a crítica teatral, lembrando que todas as peças levadas à cena no Teatro Lethes de Faro eram aqui descritas até ao mais pequeno pormenor, sem esquecer a composição dos respectivos elencos, o mesmo acontecendo em relação ao Teatro Gil Vicente de Lagos. Por tudo isto há que reconhecer que a «Gazeta do Algarve» é a principal fonte para o estudo do declinar do século XIX na cidade de Lagos, exigindo-se por isso que se proceda à sua urgente recuperação da Biblioteca Nacional pelos mais modernos meios informáticos, por forma a facilitar a sua consulta na biblioteca Júlio Dantas e no Arquivo Distrital de Faro.

Pouco depois surgiu a «Folha Democrática», fundada em 18-1-1883, em cujo cabeçalho se dizia claramente: «semanário republicano». Era seu director Bartolomeu Salazar Moscoso, o mais lídimo propugnador do ideário republicano no Algarve, durante o século XIX. Teve vida efémera, editando-se apenas sete números (pelo menos não vi mais nenhum), extinguindo-se a 1-3-1883. Mas, apesar disso, foi demasiado cáustico e, por vezes, excessivamente insultuoso para com a Família Real, acusando a monarquia de anacrónica, caciqueira e corrupta. Alguns dos seus artigos, presumo que da autoria de Salazar Moscoso, tinham um forte recorte irónico, com constantes citações literárias e vários francesismos, sendo, por outro lado, muito curiosos os neologismos com que se ridicularizavam os chefes políticos locais, sobretudo os do Partido Regenerador. As referências que nele se fazem às eleições e ao modus operandis dos caciques políticos são dignas de criteriosa e muito proveitosa análise para os historiadores deste período.

No início da década seguinte veio a púbrica «O Lacobrigense», fundado em 5-4-1891 por

outra das grandes figuras da “Escola de Lagos”, o Dr. José Joaquim Nunes³⁶, um homem a todos os títulos brilhante, investigador emérito da cultura portuguesa e notável professor da Universidade de Coimbra, autor de vastíssima e relevantíssima obra de grande notoriedade científica. Tinha a seu lado, igualmente como director de «O Lacobrigense», o funcionário aduaneiro Affonso Cañet de Castro, também ele um republicano convic-

³⁶ José Joaquim Nunes, filólogo, escritor e pedagogo, nasceu em Vila Nova de Portimão a 4-12-1859 e faleceu em Lisboa a 20-7-1932. Fez a instrução primária na sua terra natal, após o que se transferiu para o Seminário de S. José, em Faro, onde se ordenou padre e foi de imediato colocado na freguesia de Alferce, no concelho de Monchique. Em 1889, por concurso público, ascendeu a capelão militar no Regimento de Infantaria n.º 15, aquartelado na cidade de Lagos, onde pouco depois fundaria um colégio para o ensino liceal. Mais tarde, transferiu-se para Caçadores n.º 7, em Santarém, em cuja cidade exerceu o magistério particular e se estreou como publicista da filologia portuguesa ao publicar na «Revista Lusitana» (vol. III de 1895), um trabalho intitulado «Fonética Histórica Portuguesa». Porém, já em 1888 se haviam dado à estampa as suas primícias literárias escondidas sob o pseudónimo de Júlio Ventura e com o livro Contos do Lar. Seguidamente foi para Beja, onde se incorporou em Infantaria n.º 17 e exerceu o cargo de professor interno no Liceu de Beja e no Seminário local. Implantada a República, foi nomeado Reitor do Liceu de Beja e deixou praticamente, a partir dessa altura, a vida eclesiástica, passando a dedicar-se exclusivamente ao ensino. No ano seguinte tomou parte, como vogal secretário, na Comissão de Reforma Ortográfica, aprovada ainda em 1911. Transferiu-se, pouco depois, para o Liceu de Santarém e em 1912 para o Liceu Camões, em Lisboa, onde leccionou também no Colégio Militar. Em 1914 foi contratado como professor extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e em 1917, por análise curricular, obteve o doutoramento. Na Faculdade de Letras regheu as cadeiras de Latim e Grego, tornando-se num dos mais célebres filólogos portugueses da sua geração. Por unanimidade do corpo docente foi eleito director da respectiva Faculdade, onde se jubilou a 4-12-1929. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1913, passando a sócio efectivo em 22-4-1926, tendo aí apresentado e publicado no respectivo «Boletim» grande número dos seus importantes trabalhos de investigação. Falava e escrevia correctamente em latim, grego, francês, italiano, espanhol, inglês e alemão, relacionando-se com os maiores sábios do seu tempo, espalhados por todo o mundo. Proferiu várias conferências em Portugal e no estrangeiro e, para além da filologia, foi, ainda, um conceituado investigador nos domínios da Onomatologia. Afastado do múnus sacerdotal desde a implantação da República, consorciou-se civilmente, mas em 1931, já viúvo, reconciliou-se com a Igreja e voltou à vida eclesiástica, retirando-se em penitência para o seminário franciscano do Varatojo, onde, aliás, não viria a sentir-se bem em face da sua adiantada idade. Faleceu no ano seguinte, com 73 anos de idade, depois de uma vida intensamente dedicada ao estudo. Da sua lista de obras fazem parte dezenas de títulos, cuja menção não cabe no espaço aqui disponível.



João Lucio

to, particularmente vocacionado para o jornalismo que em Fevereiro desse mesmo ano havia fundado, sem êxito, «O Echo de Lagos».³⁷ Impõe-se referir que Affonso de Castro foi outro ilustre membro do escol intelectual lacobrigense, ligado não só à fundação de vários órgãos da imprensa local, como ainda colaborava nos principais arautos da província. A colecção deste jornal constitui uma fonte privilegiada para o estudo da cidade de Lagos, mostrando-se a sua consulta bastante proveitosa pela variedade de assuntos nele tratados, nomeadamente melhoramentos camarários, greves, lutas operárias, preços dos géneros alimentares, epidemias, catástrofes climatéricas, desastres marítimos, pesca do atum, procissões, festas populares, etc. O estilo crítico dos seus artigos e notícias, as influências ideológicas dos seus colaboradores, leva-nos a considerá-lo como um órgão de inspiração republicana, desalinhado dos partidos e sem apoios institucionais que garantissem a sua sobrevivência financeira, razão pela qual teve vida efémera, extinguindo-se provavelmente no declinar de 1891.

Mas pouco tempo depois, juntaram-se o Salazar Moscoso, o Affonso de Castro, o Joaquim João Serpa, e o José Joaquim Nunes para fundarem, em 17-1-1892, «O Imparcial», que não obstante o ambicioso projecto de criar um grande jornal para a cidade de Lagos, acabaria por se extinguir ao cabo de vinte edições, em 29-5-1892. Causou uma certa estranheza a sua precoce suspensão pois possuía todas as condições e meios materiais para alcançar o almejado sucesso, nomeadamente oficinas próprias, que pertenciam ao João Serpa. Apesar de afirmarem, na sua edição inaugural, que seguiam um jornalismo eclético³⁸, a verdade é que perfilhavam uma filosofia política na esteira de um republicanismo brando, moderado e intelectualizado. Tal como lhe competia, deu particular relevo ao noticiário local e aos artigos de opinião, fazendo constantes apelos ao investimento nas pescarias, nomeadamente ao incremento das armações do atum e ao desenvolvimento da indústria conserveira. Também insistia amiúde no aperfeiçoamento da produção agrícola, principalmente na exportação de vinho, cortiça, palma, esparto, azeite e frutos secos para os mercados europeus. Pu-

³⁷ Creio que «O Echo de Lagos», que tinha o aspecto e as dimensões de um simples folheto, veio a público unicamente para desagravo da infrutífera revolução republicana do «31 de Janeiro», ocorrida na cidade do Porto. A única entidade que figurava no cabeçalho era a do corajoso e persistente combatente pela liberdade Affonso Cañet de Castro, que tendo comprado os prelos da velha Tipografia Burocrática de Tavira, tratava de lhe dar uso imprimindo os vários jornais que em seu torno concitaram um valioso escol de intelectuais a que chamei "Escola de Lagos". À semelhança de todos os outros jornais também este não durou mais do que as "Rosas de Malherbe"... suspendeu logo após a edição inicial.

³⁸ «Somos pois, admitasse-nos a expressão, eclecticus sem temermos o erro desse processo, pois que o nosso eclectismo, se modificará pela discussão e pela demonstração com o eclecticismo dos mais. Afigura-se-nos ser esta a unica, a verdadeira doutrina admissivel», in «O Imparcial», n.º 1 de 17-1-1892 (artigo de fundo).

blicaram-se nessas colunas vários artigos de inflamado antagonismo britânico, no fundo respingos suscitados pelo «Ultimatum Inglês» que ainda perduravam na memória dos republicanos algarvios.

A última tentativa de sucesso jornalístico, levada a efeito pelo escol intelectual que deu corpo e alma ao republicanismo lacobrigense, surgiu em 23-9-1894 sob o título de «Pró-Lagos», dirigido por Bartolomeu Salazar Moscoso e gerido por Joaquim António Socorro Júnior, que era não só o proprietário do título como também da tipografia, que nessa altura tinha o nome de Guadiana, a mesma que anos mais tarde transferiu para Vila Real de Santo António rebaptizando-a como Tipografia Socorro. Ainda vi alguns dos seus velhos prelos, que receio bem já tenham ido parar à sucata. Este jornal, tal como todos os outros, teve vida efémera, pois que suspendeu ao n.º 4 de 18-4-1894. O que se lamenta pois, ao contrário dos anteriores, tinha bom aspecto gráfico, estava bem paginado e tinha um papel de razoável qualidade. Possuía uma indole mais literária do que política, mas não perdoava críticas aos regeneradores nem ao governo. Não lhe vi artigos assinados, nem trabalhos de grande interesse. Pareceu-me um projecto falhado à nascença. Após a implantação da República surgiu, em 11-6-1916, o primeiro (e último) jornal oficialmente republicano, sob o título de «A Verdade», dirigido por Eduardo Rafael Pinto Júnior, que se dizia isento de ideologias políticas e de credos religiosos, desejando fazer da transmissão da verdade o seu leitmotiv jornalístico. A liberdade e a isenção contra as influências, a chantagem e a hipocrisia dos partidos, era o lema do jornal, que não tendo recebido o apoio nem o interesse dos lacobrigenses, através de um satisfatório número de assinantes que lhe garantisse a sobrevivência, decidi suspender a publicação em 1-10-1916, isto é, dois meses depois de ter sido fundado. E isto demonstra bem o que foi, e até mesmo o que tem sido, ao longo dos tempos o drama da imprensa naquela cidade, onde apenas vingou o «Jornal de Lagos», criado em 2-4-1921 por Francisco da Conceição Paula, que talvez devido à época em que nasceu teve uma vida longa, pois que apenas suspendeu em 30-4-1968, ou seja, quase quarenta anos depois. Actualmente falta à histórica e lindíssima cidade de Lagos um grande jornal para se poder impor no contexto regional. Infelizmente ainda poucos se aperceberam que a afirmação das terras e dos povos depende da forma efectiva e positiva como se impõem os seus meios de comunicação. Sem eles os povos ficam mudos e esquecidos.

CONCLUINDO...

Ao fim e ao cabo, o período histórico aqui sumariamente analisado, corresponde à época áurea, isto é, à Idade de Ouro da imprensa, a qual se inicia nos anos de 1870 e termina com a 1ª Guerra Mundial. É um período marcado pelos grandes acontecimentos políticos de fim de século, mas também pelos grandes inventos técnicos de que a centúria seguinte se irá aproveitar para o desenvolvimento de uma nova revolução industrial. É, por outro lado, o período das grandes alterações mentais e das mudanças comportamentais, tendo como exemplo o movimento feminista e sufragista que acompanhou a libertação da mulher e o desenvolvimento da moda - como arte e como indústria. Mas também é o período do exacerbamento da honra, durante o qual a mais ligeira ofensa deveria ser lavada com sangue, tendo como exemplo, no plano individual, os duelos em que os homens se batiam com sabre ou revolver até que o mais ligeiro derramamento de sangue lhes pudesse desagrar a honorabilidade; no plano colectivo (isto é, o da inviolabilidade da honra), decorreu um período aparentemente sossegado, mas não pacífico, a que se convencionou chamar de "paz armada", que iria confluir na barbárie da I Guerra Mundial. O palco

preferencial para a transmissão imediata das ideias e das opiniões era a Imprensa, particularmente os jornais de grande expansão nacional e as agências de informação internacional, que se transformariam no proscénio público das hostilidades em que se desenrolaram os dois planos que acabamos de abordar. Curiosamente foi também nesse período que o jornal deixou de ser o único meio de comunicação social, pois que no fim de século surgiu a novidade da rádio como alternativa mais popular e com um discurso jornalístico menos exigente, que irá revolucionar não só as técnicas de informação como ainda a cultura de massas. Note-se, porém, que a extensão das audiências, e consequente influência, dos meios de comunicação vieram agravar e até deteriorar os principais triunfos suscitados pela liberdade de imprensa: a venalidade e a difamação. A primeira agudizou-se com as influências económicas e políticas que através do controle da imprensa ameaçaram não só a verdade dos factos, como a isenção ou a pureza das ideias. A segunda, feriu e vexou a reputação das pessoas que viram os seus nomes expostos nas colunas dos jornais de forma humilhante e inverosímil, por certos órgãos que escapando às sanções da justiça, sob a capa da liberdade de imprensa, se acostumaram impunemente a destruir a honra do mais impoluto cidadão.³⁹

Enfim, passemos a realidades mais concretas.

Depois de tudo isto, parece-nos ter ficado demonstrado que a imprensa republicana no Algarve teve as suas origens na cidade de Lagos, mercê do surgimento de uma plêiade de homens de letras, a que chamei a “Escola de Lagos”, que fizeram da imprensa o seu campo de batalha e a caixa de ressonância das suas ideias democráticas e libertadoras da exploração humana. Lembre-se que nessa altura o país, e sobretudo o Algarve, atravessava uma fase de grande crescimento económico e industrial, mercê do investimento externo em novas unidades fabris de transformação de matérias-primas e de recursos naturais. No caso do Algarve assistiu-se ao desenvolvimento dos sectores corticeiro e conserveiro, este último de grande sucesso no mercado externo. Isto fez com que aumentasse o índice de concentração da mão-de-obra na zona litoral, sobretudo nas vilas e cidades servidas por bons portos marítimos, para facilitar a exportação para os mercados estrangeiros. Este fenómeno litoralizou a nossa economia e conduziu ao esvaimento demográfico do interior agrícola. A sociedade laboral clivou-se em duas grandes massas, a dos camponeses (interior agrícola) e a dos operários (litoral urbano e industrial). Nas urbes despontou uma burguesia

comercial e industrial, que investiu na educação dos seus descendentes, enviando-os para a Universidade de Coimbra, que era no século XIX o principal (mas não único) pólo de transmissão científica do país. Na lusa Atenas despontavam as ideias revolucionárias da Comuna de Paris, da filosofia de Proudhon, do Manifesto Comunista, dos sagrados ideais da Revolução Francesa e da República, do hermetismo maçónico, do anarquismo e até do Socialismo utópico. Tudo ali fervilhava num imenso caldeirão de pensamentos, de reflexões e de ideologias.

Com o retorno dessas novas gerações, foi como se retornassem também as naus dos vetustos descobrimentos, pois que esses jovens vinham cheios de riquezas espirituais, de ideias inovadoras e modernas concepções de vida, querendo construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nas cidades surgiu uma nova intelligentsia, uma vanguarda intelectual que clamava por uma nova reestruturação da sociedade, com mais reformas políticas, mais direitos sociais, mais educação e melhores condições de vida para os operários. A cidade tornou-se numa espécie de crisol da revolução, do anti-clericalismo e da República, enquanto o interior agrícola cristalizava na paz bucólica do campo, sob o império do privilégio, da credulidade religiosa, do analfabetismo e da dependência.

Existiam pois duas mentalidades e dois horizontes sociais, numa luta incessante entre o passado e o futuro, entre a Monarquia e a República, entre o privilégio e a equidade. Os ventos eram de mudança, por isso é que quer na cidade do Porto quer em Faro (e Lagos), duas cidades portuárias com prósperas burguesias mercantis, e óptimas relações externas (sobretudo britânicas), acolheram de bom grado os ideais republicanos, dando guarida a lojas maçónicas e a projectos conspiratórios para derrubar a monarquia.⁴⁰ É curioso notar que no

³⁹ Ver a esse propósito a obra de Eugénio Buccì, *Sobre Ética e Imprensa*, Lisboa, Companhia das Letras, 2000, 245 páginas.

⁴⁰ Existiram lojas e triângulos maçónicos em Faro desde 1822, com a famosa Loja Fraternidade. A esta sucederam as Lojas Lealdade I e Lealdade II, que juntamente com a Loja Decisão formaram a chamada “Maçonaria do Sul”, intimamente ligada à Junta Governativa que dirigiu os destinos da região durante a guerra-civil da Patuleia. Numa conveniente fusão, para apagar as dissensões ideológicas e partidárias, surgiu a Loja União Farense, que foi a última a obedecer ao Grande Oriente Lusitano, a qual em 1872 seria substituída pela Loja Democracia, n.º 70 do Ritual Francês, que perdeu com mais dois triângulos (n.º 19 e n.º 60) até 1911, quando deu lugar à grande Loja Pró-Pátria II, n.º 319 do Ritual Escocês Antigo e Aceite, a que pertenceram as mais gradas figuras da intelectualidade farense, que subsistiu até à entrada de Portugal na I Guerra Mundial. A partir daí a maçonaria farense abrandou e desarticulou-se, reanimando-se porém em 1923 com o triângulo n.º 258 do ritual escocês, cujo número de novos aderentes suscitou a criação em 1924 da Loja Gil Eanes, n.º 413 do constante Ritual Escocês Antigo e Aceite. Esta Loja já não existia em 1930 por causa da lei que proibia os servidores do Estado de pertencerem às associações secretas. Não querendo aqui referir nomes, devo acrescentar que convivi com pessoas que pertenceram às lojas maçónicas de Faro, ou eram descendentes de antigos membros. Curiosamente esses descendentes confidenciaram-me que nas vésperas da revolução do 5 de Outubro só existia a Loja Pró-Pátria de Faro, que superintendia ou controlava as acções de propaganda e conspiração dos Triângulos de Olhão, Albufeira e Lagos, sendo que Loulé tinha dois Triângulos formados por jovens artesãos, operários e empregados do comércio. Em 1911, com a febre da República a maçonaria cresceu muito, até porque as ordens que tinham recebido de Magalhães Lima vinham no sentido de se aumentarem os recrutamentos de quadros superiores: médicos,

último quartel do século XIX, na esteira da famosa “Geração de 70”, a burguesia mercantil vai tomando as rédeas da industrialização e avançar para uma nova fase do capitalismo, em contraposição ao nosso tradicional capitalismo agrário, polarizado no Douro vinhateiro, nas lezírias do Tejo e no azeiteiro vale de Santarém.⁴¹ Não admira pois que essa burguesia mercantil e industrial tivesse despontado, no caso do Algarve, nas cidades de Lagos e Faro e nas vilas de Portimão e de Vila Real de Santos António, onde despontaram as principais figuras do republicanismo algarvio. É pois de notar que a República no Algarve, tal como no resto do país, emergiu do insulto patriótico consequente ao «Ultimatum», cujos principais insurgentes foram claramente as gerações novas e a burguesia emergente, numa onda de nacionalismo positivista. Os jornais, de índole nacional e regional, fizeram eco da pátria ofendida, clamando a sua revolta contra a impotência do governo e do próprio regime. A partir daí a monarquia tinha os dias contados.

As mentalidades evoluíram na proporção directa do potencial educativo e intelectual da burguesia, alma e sangue do republicanismo. Como já se disse, a transmissão pública dos valores e categorias que enformavam o ideário republicano foram preferencialmente propalados pela imprensa, sobretudo de âmbito regional. E nesta conformidade foi, sem sombra de dúvida, a “Escola de Lagos” a grande impulsionadora dos novos ideais, tendo na personalidade do Dr. Bartolomeu Salazar Moscoso, o seu principal dirigente e promotor. Figura essa hoje esquecida e até ignorada pelos seus conterrâneos, cuja acção política, cívica e cultural merecia maior divulgação, especialmente a sua obra poética que, embora não sendo de grande tomo, é incontestavelmente de grande sensibilidade lírica e até de comprovado valor educativo, nomeadamente para as crianças. Os poemas que intitulou «A Voz dos Frutos» mereciam ser lidos e recitados pelas crianças das nossas escolas, espicaçando-lhes a memória, a inteligência e sobre-

advogados, juízes e professores. Surgiram, por isso, mais duas novas Lojas, uma em Olhão e outra em Lagos, mantendo-se logicamente a de Faro como charneira dos novos Triângulos de Tavira, Albufeira e Loulé, que curiosamente abateu um dos que possuía no ano anterior. Creio que até 1915 o Algarve manteve três Lojas e três Triângulos, todos do Ritual Escocês Antigo e Aceite. A maçonaria no Algarve, como certamente no resto do país, era a base secreta e conspiratória do Partido Democrático, que decaiu muito após a chamada União Sagrada com o Partido Evolucionista por causa da entrada de Portugal na Grande Guerra. Digamos que a partir daí, esvaeceu-se o radicalismo dos Democráticos que nos anos seguintes praticamente empalmaram o eleitorado Evolucionista, ficando Afonso Costa rei e senhor duma grande franja eleitoral que ia do centro à esquerda radical. A maçonaria a partir daí perde muita da sua influência política e até da sua necessidade prática e funcional.

⁴¹ A título de curiosidade, lembramos o Barão de Forrester e a D. Antónia no Douro vinhateiro, os Condes de Palmela e outros argentários que tomaram de assalto a Companhia das Lezírias, e por fim, o estranho caso de Alexandre Herculano, um dos pais da pátria liberal, que no fim da vida se transformou num grande empresário da olivicultura.

tudo a sensibilidade, de forma a combater-se o facilitismo analfabetizante que actualmente impera no nosso ensino básico.

Se a cidade de Lagos teve a honra de ter promovido e difundido no Algarve o espírito republicano, inspirado nos valores humanistas que enformam a democracia, o certo é que coube à cidade de Faro a responsabilidade de lhe dar eficiência política e consistência eleitoral, tendo como principal suporte a imprensa, sobretudo através dos novos órgãos que se sucederam à implantação da República. Não houve no caso da capital algarvia uma plêiade de republicanos com um único líder, como aconteceu em Lagos, embora possamos afirmar que o pintor e professor Carlos Lyster Franco foi uma figura de proa do republicanismo em Faro, que abraçou não só a carreira das letras, como a das artes e a da educação, já que foi jornalista, escritor, artista plástico e docente em várias escolas, nas quais ensinou diferentes matérias científicas.

O facto da cidade de Faro tomar o pendão republicano arvorado em Lagos só vem demonstrar a importância que o centro passou a ter em relação à periferia, sobretudo com a implantação do novo regime, de tal forma que a imprensa regional foi reduzindo a sua importância com o decorrer dos anos, para dar lugar à crescente afirmação e consequente domínio da imprensa nacional, corporizada nos grandes jornais diários da capital. O regionalismo de que tanto se falou nos anos da República, e que na maioria dos casos se confundia com o conceito actual de regionalização e de autonomia administrativa, deu lugar, por razões de predomínio político, ao centralismo e à hegemonia de Lisboa sobre todo o espaço nacional, descaracterizando os particularismos locais e regionais, que apodaram de “provincianismo”, como tradução de atraso cultural em relação ao centro.

O que se passou a seguir foi que uma imprensa fraca tornou fracas as fracas gentes, como diria o poeta. O republicanismo esvaiu-se lentamente do seu idealismo e a própria República deixou amorrinhar-se nos velados interesses daqueles que a levaram ao seu descrédito e completa subjugação, abrindo alas a uma ditadura que se prolongaria por quase meio século de obscurantismo.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, José Augusto dos Santos. *O Poder da Comunicação. A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005.
- Balzac, Honoré de. *Os Jornalistas*, São Paulo, Abril Cultural, 1981.
- Boyce, George; CURRAN, James; WINGATE, Pauline (editors). *Newspaper History: from the Seventeenth Century to the Present Day*, London, Constable and Beverly Hills, C.ª, Sage Publications, 1978.
- Bucci, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Cabreira, Tomaz. *O Algarve Economico*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1918.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- Douglas, George. *The Golden Age of Newspapers*, London, Greenwood Press, 1999.
- Franco, Mário Lyster. *Salazar Moscoso, um poeta algarvio esquecido - notas bio-bibliográficas e breve antologia*, Faro, separata do «Correio do Sul», 1979.
- Franco, Mário Lyster. *Algarviana - Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1982.
- Jeanneney, Jean-Noël. *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa, Ed. Terramar, 1996.
- Le Goff, Jacques (org.). *A História Nova*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- Magalhães, Joaquim Romero. *Vem aí a República*, Coimbra, Livraria Almedina, 2009.
- Martins, Rocha. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1942.
- Mesquita, José Carlos Vilhena. *História da Imprensa do Algarve*, 2 vols., Faro, co-edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e da Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1988-1989.
- Mesquita, José Carlos Vilhena. *Estudos de História do Algarve*, Faro, AJEA Edições, 2002.
- Mesquita, José Carlos Vilhena. *Confidências e Revelações de Mário Lyster Franco*, Faro, AJEA Edições, 2005.
- Mesquita, Maria Armanda. *O Homem e o Pedagogo - José Neves Júnior*, Faro AJEA Edições, 1999.
- Néré, Jacques. *Le Boulangisme et la Presse*, Paris, Armand Colin, col. «Kiosque», 1964.
- Pereira Augusto Xavier da Silva. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, 13 vols., Manuscritos, Série Azul n.º 445-457, secção dos Reservados, Academia das Ciências de Lisboa, 1861-1889.
- Pereira, Augusto Xavier da Silva. *O Jornalismo Portuguez - Resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde o meiado do seculo XVI até á morte do saudoso Rei Senhor D. Luiz I, bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1896.
- Pereira, Augusto Xavier da Silva. *Os Jornaes Portuguezes, sua filiação e metamorphoses - Noticia suplementar alphabetica de todos os periódicos mencionados na Resenha chronologica do Jornalismo Portuguez recentemente publicada pelo mesmo auctor e agora correcta e augmentada*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1897.
- Quintero, Alejandro Pizarroso. *História da Imprensa*, Lisboa, Planeta Editora, 1996.
- Rocha, Manoel João Paulo. *Monographia - As forças militares de Lagos nas guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela Liberdade*, Porto, 1910.
- Rosas, Fernando. *Pensamento e Acção Política - Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- Sequeira, José dos Reis. *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro) 1914-1938*, Lisboa, A Regra do Jogo Edições, 1978.
- Sousa, José Manuel Motta de; VELOSO, Lúcia Maria. *História da Imprensa Periódica Portuguesa: subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987.
- Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugalíia, 1965 (reimpressão em 1989 pela editorial Caminho).
- Tengarrinha, José. «A Oratória Política de 1820 a 1910», in *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, pp. 129-180.
- Tengarrinha, José. *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2006.
- Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Lisboa, Editorial Veja, 1993.
- Traquina, Nelson. *A Tribo Jornalística - uma comunidade transnacional*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.